

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL Jogada paroquial (3)	3
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Alguns equívocos da PEC Emergencial (2)	4
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Presidente do Senado propõe Refis para empresas afetadas pela crise	6
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL Funcionamento do teto de gastos não está garantido (3)	7
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO Pandemia descontrolada piora cenário econômico - SERGIO LAMUCCI	9
O LIBERAL - PA - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Elo com empresas atrasa nomeação de Queiroga	11
FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Cidades do interior colapsam, e população pressiona prefeitos	12
O ESTADO DE S. PAULO - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Males da vinculação de receitas a despesas (2)	15
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Bolsonaro deve sancionar ato em prol de monocular	17
O GLOBO - RJ - PAÍS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Aras acena a evangélicos de olho no Supremo	18
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Economistas pedem ao governo ação contra Covid	19
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Privatização de Petrobras volta à tona após ação de Bolsonaro	21
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA O país exige respeito; a vida necessita de ciência e do bom governo	25
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Empresários articulam proposta para programa de renda básica no País	29
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA OCDE de olho no retrocesso do Brasil de Bolsonaro (3)	31

Segunda-Feira, 22 de Março de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Em quadro de piora da pandemia, país rumo para "abismo de renda" 32

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Piora da covid adia retomada na Europa 34

O GLOBO - ON LINE - RJ - BRASIL
POLÍTICA

Do voto impresso à regulação de pesquisas eleitorais: Câmara pauta temas polêmicos da
reforma política 38

Jogada paroquial (3)

No intuito de auferir vantagens pessoais ou eleitorais, Jair Bolsonaro não titubeia em atropelar os interesses do Estado, subvertendo atribuições fundamentais do Poder Executivo e enfraquecendo mecanismos institucionais pelos quais deveria zelar.

Esse comportamento incendiário ficou mais uma vez explícito na derrubada pelo Parlamento dos vetos presidenciais referentes a dívidas fiscais e previdenciárias das igrejas, cujo incentivador maior foi ninguém menos que aquele que os havia imposto.

O despautério partiu do Congresso. Em setembro, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto permitindo que as igrejas deixassem de pagar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Como se o milagre fosse pouco, ainda as anistiou de dívidas tributárias que somam mais de R\$ 1 bilhão.

Tais débitos relacionam-se a cobranças feitas pela **Receita Federal**, que nos últimos anos identificou manobras de templos para distribuir lucros e remuneração variável a funcionários sem o devido pagamento de **tributos**.

O que já seria mais que questionável em condições normais ganha ares de escândalo no atual estado de penúria das contas públicas.

As igrejas, como se sabe, gozam há mais de 70 anos de imunidade constitucional para **tributos**, dispositivo que impede União, estados e municípios de cobrar **impostos** e contribuições que incidam sobre o patrimônio, a renda ou os serviços promovidos por centros religiosos. Com o projeto aprovado, o Congresso ampliou ainda mais esse rol de privilégios.

Pressionado pelo Ministério da Economia para que vetasse a norma, Bolsonaro deu uma no cravo e outra na ferradura.

O mandatário seguiu a recomendação técnica, alegando que poderia terminar incorrendo em crime de responsabilidade, por desrespeito à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ato contínuo, porém, declarou que, caso fosse deputado ou senador, votaria pela derrubada do veto quando o projeto retornasse ao Congresso.

A jogada, paradoxal apenas na aparência, tem um sentido óbvio: permite a Bolsonaro afagar suas bases eleitorais sem arcar com o ônus político da decisão.

Que para isso acabe corrompendo um instrumento essencial da Presidência, destinado a evitar a promulgação de leis contrárias ao interesse público, parece mero detalhe.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49473&anchor=6430760>

Alguns equívocos da PEC Emergencial (2)

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ, ECONOMISTA E DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES. FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Começa pelo nome: emergencial.

Em linguagem hospitalar, a emergência precede a urgência.

É aquela situação em que o paciente corre iminente risco de vida.

A intervenção médica não pode esperar.

Como então chamar a PEC 186, promulgada na semana passada, de emergencial, se os gatilhos para contenção do aumento das despesas, principal objetivo da medida, além de muito enfraquecidos, somente deverão ser acionados em 2024 ou 2025? É isso que indicam simulações da respeitada IFI - Instituição Fiscal Independente -, confirmadas pelos técnicos da MCM Consultores.

E não era preciso ser assim. Desde 2018, tramita na Câmara a PEC 438, de autoria do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), que estabelece o disparo dos tais gatilhos sempre que, no exercício financeiro anterior, a relação entre os montantes das operações de crédito realizadas e das despesas de capital ultrapassasse o percentual de 95%, o que já teria ocorrido. Pelo novo critério, que recebeu aval de Paulo Guedes, as medidas de contenção serão efetivas somente quando, no Orçamento, as despesas obrigatórias atingirem 95% do total das despesas primárias, consideradas apenas aquelas sujeitas ao teto.

Outro ponto problemático é o dispositivo que obriga o Executivo a apresentar, em até seis meses, plano para redução das renúncias fiscais, chamadas pela **Receita Federal** de Gastos Tributários. Tal plano deverá contemplar corte de pelo menos 10% do valor dessas renúncias no primeiro ano e ser acompanhado de projetos de lei que possibilitem, no prazo de 8 anos, queda dos 4% do **PIB**, estimados pelo governo para 2021, para 2% do **PIB**.

O problema é que a PEC criou seis exceções, que não podem ser alcançadas por tais reduções: Simples Nacional, Zona Franca de Manaus, cesta básica, entidades sem fins lucrativos, fundos de desenvolvimento regional e ProUni. O valor total

dessas exceções equivale à metade do total (2% do **PIB**).

Assim, para cumprir a meta, seria necessário praticamente zerar todos os demais benefícios, que envolvem cerca de 50 programas, atingindo pessoas físicas e jurídicas, alguns deles altamente sensíveis politicamente, como, por exemplo, dedução das despesas de saúde e educação da renda tributável das pessoas físicas, isenção de Imposto de Renda para aposentados com mais de 65 anos, aposentadorias por moléstias graves ou acidentes, indenização por rescisão do contrato de trabalho, entre vários outros.

É pura utopia julgar que tudo isso possa ser aprovado, se é que será proposto pelo Executivo, com a popularidade do presidente em forte declínio.

Por limitação de espaço, analisarei apenas mais um ponto. Trata-se da obrigatoriedade de lei complementar dispor sobre a sustentabilidade da dívida pública, dispositivo que o Ministério da Economia vem comemorando como se fosse uma bala de prata. É preciso ter muito cuidado na regulamentação dessa norma. Se for estabelecida apenas como uma meta que a política fiscal deverá perseguir, ou seja, como uma orientação, ou tomando emprestada do inglês a expressão guidance, pode se considerar um avanço.

No entanto, se o governo, como tem sido o entendimento da maior parte dos analistas, estabelecer limites para a relação dívida/**PIB** como regra fiscal, que implique o disparo de medidas de contenção, quando ultrapassados, cometerá mais um grave equívoco. Usado dessa maneira, seria um instrumento altamente pró-cíclico, confuso, difícil de acompanhar, como já mostrei em meu artigo de 29/6/2020, nesta coluna. Tampouco o FMI sugeriu que a sustentabilidade da dívida seja usada dessa maneira.

A PEC 186, apesar de alguns avanços, não justifica as efusivas comemorações do Ministério da Economia.

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ, ECONOMISTA E DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES. FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presidente do Senado propõe Refis para empresas afetadas pela crise

Renan Truffi

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), está capitaneando a edição de um novo programa de renegociação de dívidas tributárias (Refis). A proposta foi apresentada à equipe econômica, que deve fazer algumas "ponderações" ao texto. Uma delas é que o Refis fique limitado aos setores da economia que foram mais afetados pela pandemia desde o ano passado.

As negociações estão a cargo do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). O senador foi designado relator de um projeto antigo sobre o mesmo assunto, de autoria do próprio Pacheco, mas apresentado no ano passado. A ideia é que a matéria entre na lista de prioridades agora que o Senado já concluiu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) emergencial.

Bezerra trabalha para apresentar seu substitutivo já na semana que vem, mas a votação dependerá de acordo costurado pelo presidente do Senado. "[Apresentação do texto] vai depender de quando o presidente Rodrigo

Pacheco definir o dia para deliberação", explicou. Na semana passada, o líder do governo esteve reunido com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar do tema. O texto original do projeto tinha o objetivo inicial de reabrir o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) da **Receita Federal** e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, um antigo Refis feito há alguns anos por conta da crise econômica.

No texto, Pacheco menciona a pandemia como justificativa para essa reabertura. Segundo ele, o novo coronavírus agravou e consolidou a crise econômica iniciada em 2015, o que comprometeu ainda mais a capacidade de as pessoas jurídicas pagarem os **tributos** devidos à Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil** e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O Refis do presidente do Senado, ou Pert, permite o parcelamento com descontos de dívidas com a União e ajusta os seus prazos de pagamento.

Esse programa abrange os débitos de natureza tributária e não tributária vencidos até 31 de agosto de 2020, prazo que deve ser atualizado no substitutivo.

Poderiam aderir pessoas físicas ou empresas, públicas ou privadas, inclusive as que se encontrarem em recuperação judicial.

Outra possibilidade em discussão é a edição de um novo regime especial de regularização cambial e tributária (RERCT). O objetivo seria possibilitar que pessoas físicas e jurídicas que mantenham recursos lícitos não declarados no exterior assim o fizessem, obtendo, por consequência, extinção da punibilidade dos crimes implicados na não declaração (como evasão de divisas). A última edição do programa foi realizada em 2016 e exigia o pagamento de 15% de imposto e 15% de multa sobre os valores que estavam sendo declarados. O Valor apurou, no entanto, que a repatriação deve ser tratada separadamente do Refis.

Como mostrou o Valor há alguns dias, o Senado também está por trás de um projeto de ampla atualização patrimonial. A proposta prevê condições mais generosas de crédito a todos aqueles que tenham interesse de fazer uma correção nos valores patrimoniais.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Funcionamento do teto de gastos não está garantido (3)

Sozinho, o teto de gastos públicos não resolve a grave situação das contas públicas, mas é uma âncora importante até que se façam as reformas estruturais que poderão dar solidez fiscal ao país. Sua sobrevivência, porém, estava em risco, devido ao mau desenho na sua concepção, que deveria ser corrigido com a aprovação da chamada PEC Emergencial. Agora, os especialistas descobrem que esse instrumento legal também é falho.

O teto de gastos visa a reduzir, ao longo do tempo, o gasto público como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), ao limitar à **inflação** do ano anterior o crescimento da despesa em cada exercício. É um bom caminho para o Brasil retomar a trajetória virtuosa de superávits primários, sem lançar mão de novos aumentos de **impostos**, que chegaram a níveis muito altos para uma economia emergente.

Mas não pode ser entendido como o remédio que, sozinho, vai equacionar todos os problemas fiscais. O teto de gastos deveria ser um indutor de reformas fiscais que reduzam e tornem mais racionais as despesas públicas. Era esperado que, na sequência, fosse aprovada uma ampla reforma da **Previdência Social** e administrativa.

Interesses corporativos, porém, limitaram o escopo da primeira e adiaram a segunda indefinidamente.

Na ausência de reformas amplas para conter os gastos obrigatórios, o teto de gastos deveria exercer sua ação disciplinadora, por meio de suspensão de reajustes, promoções na carreira. Não é o ideal, porque não equaciona as despesas de forma racional, cortando excessos e reforçando onde é necessário. De qualquer forma, cumprem seu papel. Mas, do jeito que foi desenhado o teto de gastos, os gatilhos para adotar essas medidas não podiam ser acionados pelo governo, porque eles dependiam justamente de as despesas crescerem além do limite.

Criou-se uma situação em que as despesas obrigatórias seguem crescendo, com a compressão das despesas discricionárias. Até que chega um momento em que o espaço no Orçamento para as despesas discricionárias é tão pequeno que leva à paralisia de serviços do governo à população, o chamado "shutdown". Justamente para resolver essa deficiência que foi desenhada a PEC Emergencial,

promulgada como emenda constitucional 109.0 princípio básico é que os gatilhos para segurar gastos obrigatórios sejam acionados antes de comprimir ao limite os gastos discricionários. Assim, se evita o "shutdown" do governo

A fórmula aprovada na PEC Emergencial aciona os gatilhos quando a despesa obrigatória chega a 95% das despesas totais. Muitos especialistas já vinham criticando esse percentual por ser muito elevado, porque na conta deles só seria ultrapassado em 2024 ou 2025. Agora, desconfia-se que, com um percentual tão alto de 95%, a regra não impede o "shutdown". É o que mostra coluna do repórter especial do Valor Ribamar Oliveira (18/3).

O ponto fundamental é que, com o gatilho acionado quando a despesa obrigatória chegar a 95% do total, os recursos para os gastos discricionários já deverão estar abaixo do necessário para manter os serviços essenciais do governo à população. Foi por esse motivo que a equipe técnica da área econômica havia proposto um percentual de 94%. Mas houve uma decisão política do Palácio do Planalto pelos 95%.

As razões para a mudança ainda são obscuras. Mas sabe-se que, com um percentual de 94%, eram grandes as chances de serem acionados os gatilhos do teto de gastos em 2022. Ou seja, coincidência ou não, evita-se uma desagradável contenção de despesas justamente no ano eleitoral

O resumo é que a emenda constitucional é, aparentemente, inócua para resolver o problema a que se propôs. Esse é mais um ataque à credibilidade da âncora que, bem ou mal, tem segurando a tão questionada credibilidade das contas fiscais. Soma-se a outras más notícias na agenda econômica do governo, como a substituição de presidentes de estatais e a intromissão em assuntos internos de sua gestão, num ambiente já de poucos progressos na agenda liberal, como privatizações e abertura comercial.

A economia já está pagando o preço pela falta de um verdadeiro compromisso do Executivo e do Legislativo com a agenda fiscal, com a alta dos prêmios de risco país, a forte depreciação da moeda e as pressões inflacionárias, que empurraram o Banco Central a subir os juros na semana passada.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Pandemia descontrolada piora cenário econômico - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

A atividade econômica deverá sofrer um tranco nas próximas semanas, com o impacto das medidas mais fortes de isolamento social adotadas por Estados e municípios, em reação ao avanço descontrolado da covid-19 e ao ritmo lento de vacinação. Não se espera um tombo como o registrado em março e abril do ano passado, mas as perspectivas são negativas. O **PIB** deverá cair no primeiro e no segundo trimestres, num cenário marcado ainda pela **inflação** alta, que em meados do ano pode chegar a 8% no acumulado em 12 meses.

Nesse ambiente, as expectativas para o emprego e para a renda pioraram. É possível que governadores e prefeitos tenham de estender o período de confinamento mais rigoroso, afetando especialmente o setor de serviços. Nesta semana, o Brasil deve bater duas marcas trágicas, ao atingir o número de 3 mil mortes por dia e um total de 300 mil óbitos por covid-19.

Combater esse quadro exige uma coordenação entre União, Estados e municípios, mas o presidente Jair Bolsonaro continua a produzir ruídos e a vociferar contra o isolamento social-na semana passada, entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o toque de recolher adotado por Bahia, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Com um mercado de trabalho fraco, as perspectivas para o consumo são desanimadoras. Além disso, o auxílio emergencial voltará a ser pago apenas no mês que vem. E, dadas as restrições fiscais, o plano inicial é que o benefício dure quatro meses, com valores de R\$ 150 a R\$ 375, atendendo 46 milhões de pessoas. Em 2020, o governo pagou cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300, chegando em alguns meses a beneficiar quase 68 milhões de pessoas.

Em relatório, a A.C. Pastore Associados ressalta que a conduta do governo durante a pandemia criou conflitos que pioram as perspectivas para 2021. "Para recuperar a economia e voltar a crescer é preciso inicialmente vacinar a população o mais rapidamente possível. A falta de vacinas, fruto da negligência do governo, alimenta uma nova onda de contágio bem maior do que a ocorrida no início da pandemia", diz a consultoria do ex-presidente do Banco Central (BC)

Affonso Celso Pastore.

O documento observa que os primeiros sinais de desaceleração já haviam se manifestado nos vários índices de confiança e apareceram com clareza nas vendas do comércio de janeiro. "Com um auxílio em valor menor do que o anterior e concedido a um número bem mais baixo de beneficiários, o comportamento do consumo deve ser dominado pela fraqueza do mercado de trabalho. "O comércio varejista tem um peso elevado no setor de serviços, cujas demais componentes também devem sofrer contrações devido ao afastamento social", aponta a A.C. Pastore. "Como o alto índice de incerteza da economia impede uma retomada dos investimentos, a única esperança de uma expansão da demanda agregada vem do aumento mais forte das exportações líquidas [a diferença entre vendas e compras externas] na segunda metade do ano, devido à retomada de EUA, Europa e China." Com isso, o crescimento no ano deve ficar abaixo dos 3,6% da herança estatística deixada por 2020. Isso significa que, se o **PIB** encerrar 2021 no mesmo nível do fim do ano passado, a expansão será de 3,6%. Para a A.C. Pastore, o crescimento deve ser de 3,2%.

Para complicar, o Brasil enfrenta pressões inflacionárias provenientes da combinação do câmbio desvalorizado e da alta das commodities. Na semana passada, o BC aumentou os juros em 0,75 ponto percentual, levando a Selic de 2% para 2,75% ao ano, mais do que o 0,5 ponto esperado pela maior parte dos analistas. Com o risco de perda de controle das expectativas de **inflação** e o câmbio muito depreciado, o BC optou por uma elevação mais forte dos juros, a despeito de uma atividade fraca e que vai desacelerar nos próximos meses.

Se conseguir reancorar as expectativas inflacionárias e contribuir para uma valorização mais duradoura do câmbio, a ação do BC poderá ser bem-sucedida, exigindo talvez um ciclo menos extenso de alta da Selic. O problema é que os juros mais altos tendem a castigar mais a atividade, num momento de desemprego elevado. Além disso, grande parte das pressões sobre o câmbio vem das incertezas em relação ao futuro das contas públicas, do maior intervencionismo do governo na economia e da dificuldade crônica de o país crescer a taxas razoáveis. O papel do nível baixo dos juros internos

parece menos relevante para explicar o real desvalorizado.

Neste mês, o Congresso aprovou uma versão desidratada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial. Caiu a proibição a promoções e progressões de **servidores públicos** em caso de acionamento dos gatilhos, por exemplo, mas o teto de gastos não ruiu, ainda que o texto autorize o pagamento de R\$ 44 bilhões para o auxílio emergencial fora do limite imposto pelo mecanismo. Em resumo, o Congresso não abriu exceções em demasia ao teto, uma âncora fiscal vista como importante por muitos analistas, embora a proposta esteja longe de resolver o problema do crescimento das despesas obrigatórias, além de deixar os ajustes mais fortes para 2024 ou 2025. Isso pode tirar alguma pressão do câmbio, mas não acaba com dúvidas sobre a sustentabilidade das contas públicas. Outro ponto é que "a relação entre o governo e a elite empresarial, com destaque para o mercado financeiro, passa por um momento de estremecimento", como diz o analista político Ricardo Ribeiro, da MCM Consultores. "A interferência de Bolsonaro na Petrobras e os relatos a respeito dos incentivos provenientes do Planalto para que senadores e deputados desidratassem ainda mais a PEC Emergencial acenderam temores quanto à ascensão do populismo econômico no governo", escreve ele, em nota. "Tais temores estão se sobrepondo aos efeitos positivos da aprovação da autonomia do BC, da própria PEC Emergencial e da lei do gás sobre as expectativas dos investidores."

A política desastrosa de Bolsonaro para a saúde atrapalha o combate à pandemia, levando à perda de vidas e afetando a retomada. Na economia, as ações do presidente contribuem para deteriorar a percepção de risco sobre o país, num momento em que o ambiente externo pode ficar menos favorável aos emergentes, com a trajetória de alta das taxas de retorno dos títulos do Tesouro americano de longo prazo. A expectativa de algum avanço da vacinação melhora as perspectivas para atividade no segundo semestre, mas as incertezas produzidas por Bolsonaro nublam o cenário econômico do país.

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente.

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Elo com empresas atrasa nomeação de Queiroga

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O atraso na nomeação do novo ministro da Saúde, o cardiologista Marcelo Queiroga, aconteceu por causa de um erro da Presidência da República: a equipe de Jair Bolsonaro esqueceu-se de checar se Queiroga constava como administrador de alguma empresa na **Receita Federal**. A Lei 8.112 de 1990 proíbe que **servidores públicos** estatutários (como é o ministro da Saúde) sejam sócios administradores de empresas privadas. É o caso de Queiroga: segundo os registros da Receita consultados pelo Estadão, ele é sócio administrador de duas clínicas de cardiologia em João Pessoa (PB). Para assumir oficialmente, precisará deixar de ser administrador das duas empresas, embora possa continuar sócio.

O processo de desincompatibilização das empresas é moroso, o que motivou o atraso na nomeação para o Ministério da Saúde. "O servidor público pode ser sócio de empresas privadas, mas não pode constar como administrador ou gerente", explica a advogada e professora Vera Chemim, que é mestre em Direito Público Administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A reportagem do Estadão procurou o Palácio do Planalto para comentários, mas não houve resposta até 19 horas de ontem. Queiroga também foi procurado por meio de mensagens de texto e ligações, mas não respondeu aos questionamentos. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

CENTRÃO O futuro ministro da Saúde Marcelo Queiroga teve uma passagem relâmpago pelo Republicanos, um dos principais partidos do chamado "Centrão", antes de ser indicado para o comando da pasta hoje liderada pelo general Eduardo Pazuello.

A legenda recebeu o pedido de filiação de Queiroga em março do ano passado, mês em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou o novo coronavírus como pandemia. Marcelo Antonio Cartaxo Queiroga Lopes pediu a filiação pelo Estado da Paraíba. A solicitação foi acatada em 17 de março de 2020, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No site do TSE, ele ainda consta como membro do partido

Mas em 5 de janeiro deste ano, dois meses antes de ser indicado para o ministério e sem completar dez meses como um associado, seu nome foi retirado do Republicanos "a pedido do eleitor". As informações foram confirmadas pelo líder do partido na Câmara, Hugo Motta (PB). O deputado disse que o cadastro no site do TSE está desatualizado.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

Cidades do interior colapsam, e população pressiona prefeitos



Paciente com Covid é atendido em UTI de Araraquara (SP), cidade que viveu colapso no sistema de saúde. Rubens Cavallari/Folhapress

Thiago Amâncio

"Hoje é que eu tô vendo o que é Covid. Comparado a isso, ano passado a gente não tinha nada, não. E não sabemos quando vai parar. É como se a gente estivesse com os olhos vendados partindo para uma guerra, sem saber o que o inimigo pode fazer".

E assim que o prefeito Isaú Fonseca (MDB), da cidade rondoniense de Ji-Paraná, no meio da Amazônia, define a situação da pandemia que esgotou o sistema hospitalar da região.

A mais de 3.000 km dali, na outra ponta do país, o prefeito Jorge Pozzobom (PSDB), de Santa Maria (RS), usa expressão parecida. "E um inimigo invisível e traiçoeiro, que está agora muito mais fortalecido", diz ele, na cidade onde há mais internados do que leitos de UTI.

De norte a sul, cidades do interior do país viram seus sistemas de saúde colapsarem no começo deste ano em meio à segunda onda da Covid-19, em muitos casos muito mais devastadora do que a primeira.

Sem recursos, sem vacinas, sem vagas, sem oxigênio e agora até sem remédios, prefeitos por conta própria impõem restrições e fecham suas cidades - e são cobrados por isso.

É o caso de Patos de Minas, a 400 km de Belo Horizonte. Nos piores momentos da pandemia no ano passado, em julho e dezembro, a cidade, de cerca de 153 mil habitantes, tinha 40 novos casos confirmados da Covid-19 por dia, em média. Fora desses dois

momentos, raras vezes essa taxa passou de 20.

Nesse intervalo, venceu a eleição Luís Eduardo Falcão (Podemos), presidente de uma associação comercial e então contrário às medidas de fechamento da cidade. Ele próprio havia se tratado com cloroquina, remédio considerado ineficaz para a Covid-19, em outubro. "Achei que deveria asar todas as armas e naquele momento entendi que não havia tanta certeza sobre a eficácia ou não", diz.

Já na cadeira de prefeito, viu disparar o número de casos e a média diária chegar a 300 em fevereiro. A região inteira entrou em colapso, e cidades como Coromandel e Carmo do Paranaíba precisaram pedir socorro ao Corpo de Bombeiros para remover pacientes de helicóptero para cidades distantes que ainda tinham vagas.

É o caso também de Uberlândia, onde só neste mês de março já morreram mais de 400 pessoas com a doença.

No meio de fevereiro, Falcão impôs toque de recolher noturno e fechamento de comércios. Em março, veio decreto do governo Romeu Zema (Novo), com mais isolamento em toda a região.

A conta chegou para o prefeito, que foi cobrado por comerciantes. Vídeo de um jornal local mostra os manifestantes pedindo que, para permitir a reabertura, a prefeitura imponha um protocolo de "tratamento precoce" contra a Covid, conjunto de medicamentos sem eficácia comprovada para a doença.

De um megafone, o prefeito, que se tratou com cloroquina, grita aos manifestantes: "85% da s pessoas chupando Laranja ou tomando água vão se curar do vírus", sob críticas dos contrerrôneos.

À Folha, ele explica a mudança de posicionamento. "No hospital vejo gente que tomou esses medicamentos se agravarem, irem para a UTI, até morrerem. Milagre não é.

Quem quiser tomar, fique à vontade, o médico tem liberdade para oferecer o que quiser. Agora, prefeito não receita medicamento", diz.

"Entendo os comerciantes, não é justo mesmo

penalizá-los. E as pessoas procuram um culpado e uma solução. O culpado é o prefeito e a solução é a cloroquina. Mas não é. O culpado é o viras e a solução é a vacina", resume.

O fechamento é a medida mais urgente em regiões onde a situação é grave para dar um alívio ao sistema de saúde, diz a epidemiologista Ana Luiza Bierrenbach, assessora técnica da organização internacional Vital Strategies.

Cidades do interior podem esgotar antes das capitais porque o limite do sistema por vezes é mais rígido, diz ela. "A cidade tem 10,20 leitos, e é isso, não tem espaço para aumentar, não tem para quem recorrer. E quando é uma referência regional, recebe pacientes de cidades vizinhas e colapsa", afirma.

Araraquara, no interior de SP, implementou lockdown em fevereiro, com proibição de circulação pela cidade. "As internações continuaram acontecendo, as mortes também, mas pelo menos as pessoas não vão morrer na fila esperando por um leito, desafoga a fila", diz.

Há pelo menos um efeito colateral dessas restrições.

"Quando a gente fala em lockdown, tem que pensar bem em como fazer a comunicação. O termo ficou pejorativo e as pessoas estão se revoltando. Aí você coloca um bando de gente sem máscara, se aglomerando, gritando alto contra o prefeito, e acontece justamente o que você quer evitar", diz.

Pozzobom, prefeito de Santa Maria (RS), também foi alvo de protesto.

"Tem e arreata, manifestação, me trancaram em casa e hoje trancaram a prefeitura. E eu respondo: me tranquem aqui, só não fiquem trancados em leitos de UTI", afirma ele, sobre a cidade de 283 mil habitantes que está com 105% de ocupação de leitos de UTI. "O que não pode é pedir para liberar rodeio hoje e amanhã pedir um leito de UTI para o pai."

Contrário a essas medidas, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) acionou o STF (Supremo Tribunal Federal) para derrubar restrições.

Prefeito de Campinas até dezembro e presidente da FNP (Frente Nacional de Prefeitos), Jonas Donizette afirma que "o contrafogo do governo federal atrapalha. Os prefeitos e governadores ficam como os vilões, enquanto o presidente faz parecer que quer deixar todo mundo trabalhar."

"Na verdade, quem sente mais o fechamento é o prefeito. Não só porque conhece o comerciante e é cobrado, mas porque os **impostos** municipais vêm do

setor de serviços, o ISS, que foi o mais afetado, já que tiveram que fechar as portas", diz.

Em Ji-Paraná (RO), de 130 mil habitantes, o prefeito Isaú Fonseca diz que fica mais fácil implementar medidas de isolamento quando a população começa a conhecer as pessoas que morreram. "Todo mundo aqui perdeu alguém", diz ele.

"Não tem vaga para nada e o oxigênio já começa a faltar", afirma. "Ano passado o governo mandou dinheiro, mas falta esse ano. A folha de pagamento da saúde aqui era de R\$ 2,5 milhões. Hoje foi para R\$ 5 milhões."

Mauro Junqueira, secretário-executivo do Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), diz que a questão orçamentária é grave. "Até hoje o Congresso não votou o Orçamento de 2021, o orçamento trivial, para rotina, que deveria ter sido aprovado até 31 de dezembro. Com isso, o Ministério da Saúde recebeu autorização para gastar 1/18 do que gastou ano passado. Não dá para pagara conta do mês", diz ele.

"No ano passado, tivemos R\$ 42 bilhões para as prefeituras em recurso extraordinário para a saúde, e a pandemia não estava no grau que estamos vendo hoje. Este ano, para o primeiro trimestre, que acaba em dez dias, liberaram R\$2,8 bilhões, não é nada", continua.

Junqueira afirma que as cidades do interior sofrem com a falta de profissionais, especialmente intensivistas, especialistas em atender pacientes nas UTIs.

Começa a preocupar também a disponibilidade de oxigênio hospitalar, como em Ji-Paraná, sobretudo em hospitais menores, que não têm tanques do gás e são abastecidos com cilindros.

"Tem lugares onde o oxigênio de um mês acaba em três ou quatro dias. Teve cidade no Ceará indo até hospital grande encher o tubo de oxigênio na mão. Não é o correto a se fazer, mas, em um momento de crise, você precisa dar um jeito para o paciente não morrer!"

Na quinta-feira (18), a FNP oficiou o governo federal sobre a falta de oxigênio e também sobre a falta de medicamentos para sedação de pacientes intubados em todo o país.

Na divisa com a Bolívia e a 428 km da capital, Corumbá (MS) já sofre com a falta desses remédios. "Nem a rede privada está conseguindo comprar. Em Campo Grande, tem grandes hospitais com esto-

que para 20 dias, mas cidades menores só têm para 5 dias", afirma Rogério Leite, secretário de Saúde da cidade de 112 mil habitantes.

Ele também reclama da falta de médicos e enfermeiros especializados em cuidados intensivos. A cidade viu em janeiro os índices chegarem a nível similar ao pior momento do ano passado, em agosto e setembro, que foi controlado com aumento da fiscalização de aglomerações.

Mesmo com a queda de casos, os hospitais estão quase lotados, porque a cidade recebe pacientes de toda a região. Das 18 vagas de UTI, apenas 1 está livre.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Males da vinculação de receitas a despesas

(2)

**Maílson da Nóbrega, ECONOMISTA, SÓCIO DA
TENDÊNCIAS CONSULTORIA, FOI MINISTRO DA FAZEN**

A proposta de eliminar a vinculação de receitas para a educação e a saúde, via PEC Emergencial, mexeu num vespeiro. Choveram protestos. Vieram até de parlamentares, embora a medida lhes devolvesse o poder de decidir nessas áreas. Não fazia sentido, todavia, agir a toque de caixa sem uma discussão ampla, incluídas as regras de transição. Seja como for, a proposta era correta sob o aspecto histórico, institucional, econômico e político. Nenhum país que leve as finanças públicas a sério vincula receitas a despesas.

Definir anualmente o orçamento público é uma das tarefas mais nobres - se não a mais nobre - do Parlamento.

A função foi consagrada nas três revoluções que plasmaram os fundamentos da democracia contemporânea: a Revolução Gloriosa inglesa (1688), a Revolução americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). O absolutismo - indireto no caso americano - foi abolido nos três casos.

O orçamento define, por excelência, as prioridades do Estado e o financiamento das atividades governamentais.

Por isso, esses três países o tratam com responsabilidade e simbolismo. Acontece que somos herdeiros de outras tradições, as do patrimonialismo.

As finanças pessoais dos reis ibéricos se confundiam com o orçamento público. O absolutismo português sobreviveu até 1820.

A vinculação de receitas a despesas com educação e saúde provoca disfunções no processo orçamentário. A primeira, a da educação, nasceu em 1983, no regime militar, e foi ampliada na Constituição de 1988. A segunda, a da saúde, veio no ano 2000. Em ambas o Congresso Nacional renunciou à sua função primordial, castrando seu poder de decidir nessas áreas.

A vinculação aumenta a obrigatoriedade de gastos e causa desperdícios. A garantia de recursos inibe os incentivos à boa gestão. Municípios em que rareiam

crianças são obrigados a gastar 25% da receita de impostos em educação.

Prefeitos despendem à toa para evitar denúncia do Ministério Público, pois é crime de responsabilidade não cumprir o mínimo constitucional.

Se a arrecadação cresce no fim do ano, é um deus nos acuda para usar o excesso.

No País, escolas são pintadas três vezes ao ano para atender à regra.

Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, 94,3% das despesas primárias do governo federal são obrigatórias. Somados os encargos financeiros da dívida, que na prática também são mandatários, o percentual é de 107,9% dos gastos totais.

Não há paralelo dessa barbaridade no mundo.

É uma loucura gastar obrigatoriamente mais do que as receitas. Recorre-se, assim, ao endividamento para financiar gastos não mandatários, como os de investimento público, ciência e tecnologia e de ataque à pobreza extrema. A dívida pública ficará insustentável, com risco de perda de confiança, fuga de capitais e volta da inflação alta e sem controle.

A reação mais estridente à proposta veio da área da educação.

Afirmou-se que os baixos investimentos em educação no passado decorreram da ausência da vinculação, mas a explicação é outra. Até os anos 1950 dizia-se que a prioridade deveria ser o crescimento econômico. A educação seria o seu efeito. Por isso se investia apenas 1,4% do produto interno bruto (PIB) na área.

Hoje se sabe que a educação é causa, e não efeito do desenvolvimento.

É uma prioridade natural. Daí por que o governo federal gasta mais do que os 18% da receita de impostos previstos na vinculação. Segundo Marcos Mendes, foram 23% em 2020. O mesmo ocorre na saúde, cujas despesas superaram o piso em 4%. Como mostrou Mendes, a vinculação em favor da educação acarretou aumento de salários, não

necessariamente a melhora da qualidade.

O Brasil investe em educação 6,2% do **PIB**, acima da média dos países ricos, 5,8% do **PIB**, mas estamos nos últimos lugares na avaliação internacional do desempenho de nossos jovens. Mesmo assim, há quem ache pouco. Defendese a ideia de que a meta deve ser o gasto médio por aluno dos países desenvolvidos.

É o que diz a deputada Tabata Amaral, uma das grandes promessas da nova geração do Congresso. Em sua coluna na Folha de S.Paulo de 27/2, vê-se que a média da OCDE é 2,3 vezes a do Brasil. Se fosse assim, investiríamos 15,6% do **PIB**, mais do que qualquer outro país. Ao mesmo tempo, a dívida pública explodiria.

O raciocínio é equivocado.

No mundo inteiro, as comparações adequadas são as feitas como proporção do **PIB**, e não em valores absolutos. É assim com carga tributária, dívida pública, investimento e gastos militares de educação e saúde. Já imaginou se os aposentados, invocando tal ideia, reivindicassem ganhar tanto quanto os dos países ricos?

A conta da Previdência saltaria para 70% do **PIB**!

Em algum momento, vamos ter de eliminar as vinculações orçamentárias. Elas criam distorções, pioram a qualidade das finanças públicas e prejudicam o desenvolvimento.

A mudança não implicará investir menos em educação e saúde.

Precisamos refletir sobre os males das vinculações e os problemas que delas derivam.

Maílson da Nóbrega, ECONOMISTA, SÓCIO DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA, FOI MINISTRO DA FAZEN

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro deve sancionar ato em prol de monocular

Anne Warth / BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro deve sancionar hoje projeto de lei que declara a visão monocular (cegueira de um dos olhos) como deficiência para todos os efeitos legais. A cerimônia de sanção da proposta está na agenda do presidente, marcada para as 16h, em conjunto com a assinatura do decreto que regulamenta o novo Fundeb, principal fonte de recursos da educação para Estados e municípios. Será um "presente" para a primeira-dama Michelle Bolsonaro, que completa 39 anos na data. Ela milita pela causa dos deficientes e foi uma das principais articuladoras de um movimento para convencer os ministérios a não vetar a medida.

O texto pode turbinar as despesas públicas em pelo menos R\$ 5 bilhões e, embora o Orçamento esteja estrangulado por gastos obrigatórios, o Ministério da Economia afirmou não se opor à sanção. A pasta, responsável pela política fiscal do governo, disse que a proposta "não envolve renúncia de receita".

Como revelou o Estadão/ Broadcast, o projeto pode se tornar uma bomba fiscal a explodir no colo do governo e dar margem até mesmo para a abertura de um processo de impeachment.

Isso porque a proposta foi aprovada no Legislativo sem previsão de corte de despesas ou aumento de **impostos** para bancá-la, como determinam a Lei de Responsabilidade Fiscal e a emenda constitucional do teto de gastos - que limita o crescimento do gasto à variação da **inflação**.

O texto abre caminho para que os monoculares peçam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda no valor de um salário mínimo por mês - R\$ 1,1 mil.

Em análises preliminares, técnicos do governo estimam que cerca de 400 mil pessoas se encaixam nos critérios de renda do BPC e poderão se habilitar para receber o benefício.

Em fevereiro, antes da aprovação do texto pela Câmara, a primeira-dama convidou Amália Barros, uma das principais lideranças monoculares e que mais trabalhou pela lei, para jantar no Palácio da Alvorada. Depois do encontro, Bolsonaro e Michelle posaram

para fotos cobrindo um dos olhos - um dos símbolos da campanha dos monoculares.

O ministro Paulo Guedes também tirou foto ao lado de Amália, e da deputada Luísa Canziani (PTB-PR), que relatou a proposta na Câmara.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aras acena a evangélicos de olho no Supremo



Articulado.
O PGR,
Augusto
Aras, recebeu
o pastor Silas
Malafaia e o
bispo Abner
Ferreira

(Thiago Prado)

Diante da promessa do presidente Jair Bolsonaro de que nomeará alguém "terrivelmente evangélico" para a vaga de Marco Aurélio Mello no Supremo Tribunal Federal (STF), os favoritos vêm se movimentando para mostrar ao Planalto que podem cumprir o requisito. O procurador-geral da República, Augusto Aras, embora não seja evangélico, tem tentando se aproximar de lideranças do segmento.

Conforme revelou o jornal "O Estado de S. Paulo" sábado, Aras recebeu o pastor Silas Malafaia e o bispo Abner Ferreira para um encontro na semana passada e posicionou-se contra o fechamento de igrejas durante o período de restrições **impostos** por governadores e prefeitos para o combate à Covid-19. O GLOBO apurou que Malafaia e Aras vêm conversando há tempos sobre diversos temas, embora o pastor negue que a nomeação para o STF esteja em pauta.

A interlocutores, embora se relacione com Aras, Malafaia tem dito que Bolsonaro se tornou refém da própria palavra e terá que escolher um evangélico para a Corte. Atendem ao requisito três nomes considerados favoritos na disputa: o ministro da Justiça, André Mendonça; o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins; e o desembargador William Douglas.

É justamente esse o obstáculo principal para o ministro do STJ, João Otávio de Noronha, responsável por decisões recentes na corte favoráveis ao senador Flávio Bolsonaro (Republicamos-RJ). Ele também não é evangélico. Para ser contemplado de alguma forma nas decisões sobre tribunais superiores no meio do ano, Noronha já tem a sua candidata para o STJ: a desembargadora Daniela Maranhão, do TRF-1.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economistas pedem ao governo ação contra Covid



Descontrole da pandemia. Falta de oxigênio em Manaus: escassez de insumos é um sinal de agravamento da crise

ANA LETÍCIA LEÃO E BRUNO ROSA

Mais de 500 economistas, ex-ministros, banqueiros e empresários divulgaram ontem um manifesto em que pedem ao poder público medidas mais eficazes de combate à pandemia. A carta, que deve ser encaminhada a representantes dos três Poderes, cita como medidas urgentes acelerar o ritmo da vacinação contra Covid-19, distribuir máscaras gratuitamente e orientar sua utilização, implantar medidas de distanciamento social e criar uma instância nacional de coordenação das medidas. O conteúdo da carta foi antecipado pelo colunista do GLOBO Merval Pereira.

Assinam o manifesto, entre outros, os ex-ministros da Fazenda Marcílio Marques Moreira, Pedro Malan, Mailson da Nóbrega e Rubens Ricuperro; os ex-presidentes do Banco Central Afonso Celso Pastore, Arminio Fraga, Gustavo Loyola, Ilan Goldfajn e Pérsio Arida; e os ex-presidentes do BNDES Edmar Bacha e Eleazar de Carvalho. Também endossam o documento o presidente do Credit Suisse, José Olympio Pereira, os copresidentes do Conselho de Administração do Itaú Roberto Setúbal e Pedro Moreira Salles e o ex-economista-chefe do Bradesco Octavio de Barros.

Cláudio Frischtak, especialista em infraestrutura e presidente da Inter B consultoria, é um dos signatários e afirma que a carta reflete um amplo espectro de opiniões de economistas e empresários.

-Esse conjunto de pessoas demonstra o grau de preocupação com a trajetória da pandemia e a dificuldade do governo federal e dos governos de tomarem medidas eficazes. A recessão é fruto da pandemia e não vamos sair dessa situação sem o fim

da pandemia -afirmou. -Há descoordenação entre o governo federal e os estados. O Brasil é hoje um país fora do lugar, e o presidente um ponto fora da curva. Precisamos voltar à normalidade. E a carta é um apelo a isso.

CUSTO DO ATRASO NA VACINA

Os economistas traçam um panorama da crise causada pela pandemia. Classificam a situação como "desoladora" e criticam a atuação do governo federal. "Essa recessão [...] não será superada enquanto a pandemia não for controlada por uma atuação competente do governo federal. Este subutiliza e utiliza mal os recursos de que dispõe, inclusive por ignorar ou negligenciar a evidência científica no desenho das ações para lidar com a pandemia", diz o texto.

A carta mostra que a demora para vacinar a população é mais danosa do que a redução da atividade econômica para a economia. Segundo os economistas, a redução da atividade custou perda de arrecadação de **tributos** de R\$ 58 bilhões no âmbito federal. O atraso na imunização, por sua vez, custará R\$ 131,4 bilhões em termos de produto ou renda não gerada, afirma o texto.

O texto cita dados da retração da economia, do desemprego e do endividamento de pequenos empresários. Diz que, com 40% da força de trabalho do país na informalidade e sem qualquer proteção contra o desemprego, é preciso ação imediata do governo federal. A carta pede medidas de apoio a pequenas e médias empresas e propõe "uma reforma no sistema de proteção social, visando aprimorar a atual rede de assistência social e prover seguro aos informais".

"Estamos no limiar de uma fase explosiva da pandemia e é fundamental que a partir de agora as políticas públicas sejam alicerçadas em dados, informações confiáveis e evidência científica. Não há mais tempo para perder em debates estereis e notícias falsas. Precisamos nos guiar pelas experiências bem-sucedidas, por ações de baixo custo e alto impacto, por iniciativas que possam reverter de fato a situação sem precedentes que o país vive", afirma o manifesto.

A economista Elena Landau, que assina o manifesto,

diz que a ideia surgiu de forma espontânea em um grupo de economistas:

-A sociedade está articulada nessa cobrança. Não se faz nada sem o governo. A carta mostra que a discussão sobre vidas e economia é um falso dilema quando se fala sobre máscara, distanciamento, proteção social e auxílio. Não existe dicotomia entre salvar vidas e a economia.

Outro trecho fala da necessidade de integração das esferas de poder na adoção de medidas para evitar a propagação da Covid-19 e cita experiências internacionais bem-sucedidas de lockdown. "A necessidade de adotar um lockdown nacional ou regional deveria ser avaliada. É urgente que os diferentes níveis de governo estejam preparados para implementar um lockdown emergencial, definindo critérios para a sua adoção em termos de escopo, abrangência das atividades cobertas, cronograma de implementação e duração."

PAPEL DE LÍDERES POLÍTICOS

Os economistas sugerem que, na ausência de uma articulação do Ministério da Saúde, que a coordenação nacional seja assumida por "consórcio de governadores - orientada por uma comissão de cientistas e especialistas".

O texto não cita diretamente o presidente Jair Bolsonaro, mas destaca a responsabilidade e a influência que líderes políticos podem ter em uma crise dessa magnitude:

"Líderes políticos, com acesso à mídia e às redes, recursos de Estado, e comandando atenção, fazem a diferença: para o bem e para o mal. O desdenho à ciência, o apelo a tratamentos sem evidência de eficácia, o estímulo à aglomeração, e o flerte com o movimento antivacina, caracterizou a liderança política maior no país. Essa postura reforça normas antissociais, dificulta a adesão da população a comportamentos responsáveis, amplia o número de infectados e de óbitos, aumenta custos que o país incorre".

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Privatização de Petrobras volta à tona após ação de Bolsonaro



Silva e Luna segue como incógnita, apesar de apoio a abertura no refino

André Ramalho, Gabriela Ruddy e Rafael Rosas

Embora o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalize que o debate sobre a privatização da Petrobras "deverá vir em algum momento no Congresso", a agenda liberal em curso há quase cinco anos no setor de óleo e gás entrou numa zona cinzenta, nas últimas semanas. A abertura do mercado patrocinada pelo governo Jair Bolsonaro passou a conviver com sinais trocados de um presidente da República que, em meio aos desgastes políticos da **inflação** dos combustíveis, decidiu interferir na troca do comando da estatal e pedir uma empresa "de visão social". Isso tudo num momento em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, adepto de uma visão mais estatista, volta à corrida eleitoral.

Entre membros do alto escalão da Petrobras, há quem acredite que não haverá mudanças radicais, mas a percepção geral é de incertezas. O trabalho de transição do comando da petroleira ainda não começou e pairam dúvidas sobre a cara que o general da reserva e diretor-geral de Itaipu Binacional, Joaquim Silva e Luna - o nome de Bolsonaro para substituir Roberto Castello Branco na presidência da estatal -, dará à política de preços, à venda de ativos, aos planos de investimentos e ao foco na redução da dívida da empresa.

Em meio à turbulenta troca no comando da estatal,

quatro conselheiros, indicados pela União, não aceitaram a recondução proposta pelo governo pela percepção de aumento dos riscos associados ao episódio de intervenção do presidente na petroleira. Empresas interessadas na aquisição de ativos da estatal, como Cosan e Ultrapar, por sua vez, mantêm o interesse e apostam na continuidade da abertura.

Em resposta às reações negativas na bolsa, Bolsonaro recorreu recentemente ao discurso nacionalista dos anos 1940 para justificar a troca na companhia: "O petróleo é nosso ou é de um pequeno grupo no Brasil?". Ao buscar referência no famoso slogan que precedeu a criação da Petrobras, Bolsonaro trouxe à tona um pensamento que andava em baixa desde que a petroleira foi arrastada, a partir de 2014, para a crise financeira herdada, em parte, do controle de preços e de investimentos que faziam sentido dentro da lógica desenvolvimentista, mas que, em alguns casos, conflitavam com a visão empresarial.

O mercado e outros atores sociais aguardam os próximos passos. O perfil da gestão Silva e Luna segue uma incógnita. Embora o general tenha manifestado que vê oportunidade para atrair outras empresas para o refino, em linha com o plano de desinvestimentos, Bolsonaro tem gerado ruídos no mercado ao cobrar ajustes na política de preços e defender que empresa olhe para "questões sociais". O presidente já disse que o diretor de Itaipu chegará para dar "nova dinâmica" à petroleira.

Enquanto isso, na outra ponta do debate político, está Lula. Nas primeiras declarações após a anulação das condenações na Lava-Jato, adotou tom de ameaça a investidores, ao afirmar que empresas que estão "comprando coisas da Petrobras estão correndo risco, porque a gente [eventual governo PT] pode mudar muita coisa".

"Pelos falas do Bolsonaro, seria de se esperar uma mudança radical na Petrobras, mas acho difícil que isso ocorra. A empresa hoje tem uma governança mais forte, a responsabilização sobre os gestores hoje é maior, os nomes do novo conselho de administração são respeitados. Lula e Dilma [Rousseff] fizeram o que fizeram quando a Petrobras tinha dinheiro, era outro contexto. No fundo, com a dívida que a Petrobras tem hoje, mesmo que alguém se sinta tentado a sair do rumo da disciplina de capital, não terá como segurar

muito tempo", opina uma fonte do alto escalão da petroleira.

A história da indústria brasileira de óleo e gás é de idas e vindas entre agendas ora mais liberais, ora mais estatizantes. Depois de 13 anos de governos do PT- quando a Petrobras foi gerida dentro de um viés desenvolvimentista -, o mercado brasileiro de óleo e gás deu uma guinada liberal e a agenda pró-mercado ganhou corpo no governo Michel **Temer**, com a retomada dos grandes leilões e mudanças regulatórias favoráveis às petroleiras, e foi intensificada com o projeto de abertura do refino e do gás no mandato de Bolsonaro.

A reação negativa na bolsa logo após a anulação das condenações de Lula, porém, vai além do receio de investidores com um eventual novo governo PT. Há também uma insegurança de que Bolsonaro, em corrida eleitoral, se sinta tentado a radicalizar medidas populistas, como controlar preços dos combustíveis, para tentar reconquistar popularidade. "Mas se Bolsonaro pretende se contrapor a Lula, precisa adotar medidas pró-mercado", ressalva um executivo.

Na semana passada, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), acenaram para a possibilidade de colocarem em debate, no Congresso, um modelo de privatização da Petrobras. Essa não é a primeira vez que a possibilidade é levantada na história recente do país. Na prática, porém, nunca foram criadas as condições para privatizar a empresa. O próprio Pacheco afirmou que a privatização da Petrobras "é uma ideia que pode ser evoluída", mas que deve "ter rigor técnico, político".

Apesar do aceno de Lira e Pacheco, para o professor lido Sauer, que foi diretor de Gás e Energia da Petrobras no governo Lula, há uma fratura da coalizão do presidente Bolsonaro com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na agenda liberal - forjada no período anterior às eleições de 2018.

"A fratura dessa coalizão está cada vez mais presente quando a realidade se manifesta. Não vejo nada de nacionalista ou não nacionalista [na postura do presidente]. Eu vejo oportunismo na discussão do agravamento das bases dos vários elementos da coalizão que o levou ao poder", diz Sauer, que discorda que exista um antagonismo "mercado versus nacionalismo" em torno da gestão da Petrobras. Para ele, a palavra "mercado" foi deturpada, virando um "eufemismo do interesse da esfera financeira".

O presidente da Cosan, Luís Henrique Guimarães, por sua vez, confia na continuidade da venda de ativos da Petrobras, uma vez que a estatal assumiu

compromisso com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para abrir o refino e o gás. Ele também acredita que haverá um "bom senso" nas discussões sobre os preços dos combustíveis, sem que a estatal seja usada para subsídios. A Cosan tem interesse na Gaspetro e na refinaria Repar (PR). "Deveríamos encontrar algum mecanismo que não interfira na Petrobras, como uma política pública. Acharmos que é com essa mentalidade que o governo trabalha", afirmou.

Um ambiente de liberdade de preços no mercado é uma premissa importante para o investidor na hora de decidir sobre a compra de uma refinaria. Em fevereiro, o presidente da Ultrapar, Frederico Curado, sinalizou que o grupo não pretende desistir da compra da refinaria Refap (RS), ao dizer que a operação é importante para a companhia e que as premissas que norteiam o investimento seguem presentes, apesar das incertezas geradas pelas turbulências recentes na Petrobras.

"Há um longo processo de negociação pela frente e temos de nos assegurar que as condições de mercado livre permaneçam válidas. O Ultra segue com bastante convicção de que essa privatização parcial do refino vai melhorar a dinâmica do setor e queremos ser um player nesse novo cenário."

Como pano de fundo da interferência de Bolsonaro na Petrobras está a **inflação** dos combustíveis. O episódio reacende a visão de uma Petrobras responsável por garantir o desenvolvimento do país, um debate que acompanha a estatal ao longo de toda sua história e que agora volta: a estatal, afinal, é responsável por assegurar preços módicos à população?

Desde o início do governo Bolsonaro, quando Castello Branco assumiu a presidência da petroleira, o preço do litro do diesel saltou de R\$ 1,8545, em média, nas refinarias, no dia 3 de janeiro de 2019, para R\$ 2,86, o que representa uma alta de 54,2%. No caso da gasolina, o litro vendido nas refinarias foi de R\$ 1,5087 para R\$ 2,79, um aumento de 85%. Esse avanço trouxe consequências imediatas para o consumidor e as insatisfações com os reajustes foram manifestadas primeiramente por caminhoneiros, setor caro ao bolsonarismo.

Com a quebra do monopólio no refino, uma das principais perguntas do consumidor é como manter o processo de abertura sem que isso signifique preços mais altos nas bombas. A discussão entre "Estado" e "mercado" nesse tema, porém, nem sempre segue caminhos óbvios. Ainda durante a ditadura militar, por exemplo, foram adotadas medidas para flexibilizar o monopólio, enquanto, em paralelo, o governo adotava

planos desenvolvimentistas com base em intervenção estatal na economia. E o governo liberal de Fernando Henrique Cardoso não deixou de interferir nos preços dos combustíveis.

"Há circunstâncias em que governos de natureza mais estatizantes conduzem política a favor do mercado e já houve experiências em que governos pró-mercado implementam medidas intervencionistas na Petrobras", diz o coordenador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (Ineep), William Nozaki.

Presidente reacende debate sobre papel social da estatal

Ao interferir na troca do comando da Petrobras, em favor de uma estatal com "visão social", o presidente Jair Bolsonaro reacendeu um debate sobre qual é, afinal, a função social da petroleira - gerida, em 67 anos, por grupos de diferentes pensamentos econômicos.

A Petrobras é uma empresa de economia mista, controlada pela União, mas com 63,25% do capital social nas mãos de investidores. A dicotomia entre buscar a lucratividade e atender aos interesses públicos está refletida no próprio estatuto da petroleira, que diz que ela é regida pelas normas de direito privado, mas pode, desde que ressarcida por isso, assumir compromissos "em condições diversas às do setor privado".

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, defende que a função social da Petrobras, como a de qualquer empresa, é gerar lucro e, assim, conseguir pagar mais **impostos** ao Estado e distribuir mais dividendos aos acionistas, incluindo a própria União. O lucro da estatal em 2020, por exemplo, rendeu R\$ 129 bilhões em **tributos** e participações governamentais e R\$ 10,3 bilhões em dividendos. "É possível criarmos políticas públicas com os dividendos. Quando usamos a Petrobras para políticas populistas, quase quebramos a empresa e foi ruim para todo mundo", afirma.

Sobre a alternância histórica das concepções liberais e estatistas no setor, o ex-diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP) Décio Oddone cita que os momentos de maior crescimento da produção nacional foram seguidos de experiências de abertura. O executivo alega que, embora o desenvolvimento tecnológico na bacia de Campos tenha ocorrido nos anos 1980, antes do fim do monopólio, os avanços só foram possíveis a partir da internacionalização da Petrobras. Segundo ele, o contato com tecnologias e práticas mais modernas no exterior serviu de escola para técnicos da estatal.

"Por outro lado, a última grande crise da indústria no Brasil foi reflexo do fechamento, de o país ter ficado cinco anos sem leilões e ter criado o monopólio da Petrobras na operação do pré-sal", opinou.

Do outro lado de debate, existe uma corrente de viés mais desenvolvimentista e que defende uma Petrobras capaz de oferecer à sociedade preços mais módicos e contribuir com mais investimentos, para geração de emprego e renda. Foi essa linha que a empresa seguiu nos governos do PT, ao assumir um papel de indutor da indústria naval, por exemplo.

A geofísica Rosângela Buzanelli, representante dos trabalhadores no conselho da Petrobras, destaca que a empresa assumiu um papel desenvolvimentista importante na história, mas que a gestão da petroleira, hoje, tem um olhar voltado, desproporcionalmente, para o "lucro máximo" aos acionistas.

"Não falo em nome do conselho, mas, na minha opinião, a Petrobras pode oferecer mais ao Brasil do que dividendos. A descoberta do pré-sal, por exemplo, só foi possível porque ela assumiu riscos que empresas privadas não assumiriam. A busca pelo lucro máximo tem um custo social absurdo. É claro que conciliar os interesses dos diferentes "stakeholders" numa empresa de economia mista é um dilema, mas é possível buscar um preço justo para os combustíveis que dê lucro, mas não penalize tanto o consumidor. A questão é que a relação entre os diferentes "stakeholders" está desbalanceada, em favor dos acionistas."

Para o ex-diretor da ANP, Hélder Queiroz, a dicotomia entre Estado e mercado no setor de óleo e gás é "burra". "Em energia, vai ser sempre Estado e mercado", disse o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em evento.

O ex-secretário de Óleo e Gás do Ministério de Minas e Energia Márcio Félix defende que o papel social de uma empresa pode variar de acordo com o contexto. "Na Europa, existe uma pressão social forte sobre a presença das petroleiras na transição energética. Em alguns países apenas gerar emprego e pagar **impostos** já é suficiente. No Brasil, onde há um abismo social, as necessidades são outras."

Para o analista da Ativa Ilan Arbetman, as mudanças frequentes na administração da estatal dificultam a formação de uma cultura própria e na continuidade de projetos. "O mercado reage a isso aumentando o custo do capital."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Idas e vindas

Os movimentos ora estadistas e ora liberais na indústria de óleo e gás, no Brasil

1939 1ª descoberta de petróleo do Brasil, no bairro de Lobato, em Salvador (BA)

1941 Código do Petróleo, 1º marco legal do setor, com primeiras tendências estatizantes

1947 Governo Dutra apresenta o Estatuto do Petróleo, que permitiria participação estrangeira no setor



1948 Campanha nacionalista "O Petróleo é Nosso" ecoa entre partidos da direita e esquerda

1953 Vargas cria a Petrobras e Institui o monopólio estatal no setor

1957 Governo JK reforça reserva de mercado da Petrobras, ao proibir refinarias privadas (já existentes antes da criação do monopólio) de ampliarem vendas

1965 Governo Castello Branco flexibiliza monopólio, ao decretar que "deve ser estimulada a participação da iniciativa privada na expansão" da indústria química

1967 Monopólio na pesquisa e lavra de óleo e gás passa a constar na Constituição

1976 Contratos de risco admitem participação estrangeira na exploração de óleo, mas resultados foram modestos

1979 2º Choque do Petróleo leva governo, nos anos seguintes, a subsidiar os derivados por meio da Conta-Petróleo, que compensava Petrobras por perdas



1990 Programa de reforma de Estado, de Collor, contempla privatização de estatais na petroquímica

1997 Lei do Petróleo (nº 9.478) cria a ANP e encerra o monopólio estatal no setor

1998 1ª Rodada de concessões de blocos exploratórios de óleo e gás



2000 Petrobras lança ações em Nova York; Governo FHC tenta mudar nome da empresa para PetroBrax

2002 Governo FHC oficializa liberalização de preços dos combustíveis, encerrando décadas de subsídios; Pressão eleitoral faz o governo recuar e subsidiar preços do GLP

2006 No governo Lula, Petrobras lança projetos da Rnest (PE) e Comperj (RJ), depois de mais de duas décadas sem construir refinarias. No Comperj, obras de refinaria foram abandonadas com mais de 80% de execução



2007 Descoberta do pré-sal

2008 Governo suspende leilões, a fim de rediscutir o marco legal do setor

2009 Para revitalizar a indústria naval, Petrobras lança projeto para contratar oito plataformas nacionais e concebe a Sete Brasil, para construção de sondas no país

2010 Capitalização da Petrobras, no valor de R\$ 120 bilhões, eleva fatia da União na empresa de cerca de 40% para 48% do capital total; Lei de partilha fixa monopólio da Petrobras na operação de áreas do pré-sal e cria a estatal PPSA para gerir os contratos de partilha

2011 No governo Dilma, Petrobras passa a controlar preços dos derivados para conter inflação

2013 Governo retoma leilões, depois de cinco anos

2014 Operação Lava-Jato desvenda esquema de corrupção na Petrobras envolvendo políticos e executivos da estatal e de fornecedores em diversas obras da empresa, como refinarias do Comperj e sondas da Sete Brasil

2016 No governo Temer, Petrobras lança nova política de preços, alinhados ao mercado internacional; Flexibilização do monopólio da Petrobras na operação de áreas do pré-sal

2017 Governo inaugura calendário de leilões anuais que marcam a volta das grandes multinacionais ao Brasil



2018 Greve dos caminhoneiros e subvenção aos preços do diesel por seis meses

2019 No governo Bolsonaro, Petrobras firma acordo com Cade para vender metade da capacidade de refino e sair do transporte e distribuição de gás; privatização da BR e TAG

2021 Bolsonaro faz críticas sistema de reajustes da estatal e intervém na troca do comando da empresa. Presidente diz que Petrobras tem que ter "olhar social" e reproduz discurso nacionalista: "Afinal, o petróleo é nosso ou é de um pequeno grupo no Brasil?"

O país exige respeito; a vida necessita de ciência e do bom governo

O Brasil é hoje o epicentro mundial da Covid-19, com a maior média móvel de novos casos.

Enquanto caminhamos para atingir a marca tétrica de 3 mil mortes por dia e um total de mortes acumuladas de 300 mil ainda esse mês, o quadro fica ainda mais alarmante com o esgotamento dos recursos de saúde na grande maioria de estados, com insuficiente número de leitos de UTI, respiradores e profissionais de saúde.

Essa situação tem levado a mortes de pacientes na espera pelo atendimento, contribuindo para uma maior letalidade da doença.

A situação econômica e social é desoladora. O **PIB** encolheu 4,1% em 2020 e provavelmente observaremos uma contração no nível de atividade no primeiro trimestre deste ano. A taxa de desemprego, por volta de 14%. é a mais elevada da série histórica, e subestima o aumento do desemprego, pois a pandemia fez com que muitos trabalhadores deixassem de procurar emprego, levando a uma queda da força de trabalho entre fevereiro e dezembro de 5,5 milhões de pessoas.

A contração da economia afetou desproporcionalmente trabalhadores mais pobres e vulneráveis, com uma queda de 10,5% no número de trabalhadores informais empregados, aproximadamente duas vezes a queda proporcional no número de trabalhadores formais empregados.

Esta recessão, assim como suas consequências sociais nefastas, foi causada pela pandemia e não será superada enquanto a pandemia não for controlada por uma atuação competente do governo federal. Este subutiliza ou utiliza mal os recursos de que dispõe, inclusive por ignorar ou negligenciar a evidência científica no desenho das ações para lidar com a pandemia. Sabemos que a saída definitiva da crise requer a vacinação em massa da população. Infelizmente, estamos atrasados. Em torno de 5% da população recebeu ao menos uma dose de vacina, o que nos coloca na 45ª posição no ranking mundial de doses aplicadas por habitante.

O ritmo de vacinação no país é insuficiente para vacinar os grupos prioritários do Plano Nacional de Imunização (PNI) no 1º semestre de 2021, o que

amplia o horizonte de vacinação para toda a população para meados de 2022.

As consequências são inomináveis. No momento, o Brasil passa por escassez de doses de vacina, com recorrentes atrasos no calendário de entregas e revisões para baixo na previsão de disponibilidade de doses a cada mês. Na semana iniciada em 8 de março foram aplicadas, em média, apenas 177 mil doses por dia.

No ritmo atual, levaríamos mais de 3 anos para vacinar toda a população. O surgimento de novas cepas no país (em especial a Pi) comprovadamente mais transmissíveis e potencialmente mais agressivas, torna a vacinação ainda mais urgente. A disseminação em larga escala do vírus, além de magnificar o número de doentes e mortos, aumenta a probabilidade de surgirem novas variantes com potencial de diminuir a eficácia das vacinas atuais.

Vacinas são relativamente baratas face ao custo que a pandemia impõe à sociedade. Os recursos federais para compra de vacinas somam R\$ 22 bilhões, uma pequena fração dos R\$ 327 bilhões desembolsados nos programas de auxílio emergencial e manutenção do emprego no ano de 2020.

Vacinas têm um benefício privado e social elevado, e um custo total comparativamente baixo. Poderíamos estar em melhor situação, o Brasil tem infraestrutura para isso. Em 1992, conseguimos vacinar 48 milhões de crianças contra o sarampo em apenas um mês.

Na campanha contra a Co-vid-19, se estivéssemos vacinando tão rápido quanto a Turquia, teríamos alcançado uma proporção da população duas vezes maior, e se tanto quanto o Chile, dez vezes maior. A falta de vacinas é o principal gargalo.

Impressiona a negligência com as aquisições, dado que, desde o início da pandemia, foram desembolsados R\$ 528,3 bilhões em medidas de combate à pandemia, incluindo os custos adicionais de saúde e gastos para mitigação da deteriorada situação econômica.

A redução do nível da atividade nos custou uma perda de arrecadação tributária apenas no âmbito federal de 6,9%, aproximadamente R\$58 bilhões, e o atraso na

vacinação irá custar em termos de produto ou renda não gerada nada menos do que estimados R\$ 131,4 bilhões em 2021, supondo uma recuperação retardatária em 2 trimestres.

Nesta perspectiva, a relação benefício custo da vacina é da ordem de seis vezes para cada real gasto na sua aquisição e aplicação. A insuficiente oferta de vacinas no país não se deve ao seu elevado custo, nem à falta de recursos orçamentários, mas à falta de prioridade atribuída à vacinação.

O quadro atual ainda poderá deteriorar-se muito se não houver esforços efetivos de coordenação nacional no apoio a governadores e prefeitos para limitação de mobilidade. Enquanto se busca encurtar os tempos e aumentar o número de doses de vacina disponíveis, é urgente o reforço de medidas de distanciamento social. Da mesma forma é essencial a introdução de incentivos e políticas públicas para uso de máscaras mais eficientes, em linha com os esforços observados na União Europeia e nos Estados Unidos.

A controvérsia em torno dos impactos econômicos do distanciamento social reflete o falso dilema entre salvar vidas e garantir o sustento da população vulnerável. Na realidade, dados preliminares de óbitos e desempenho econômico sugerem que os países com pior desempenho econômico tiveram mais óbitos de Covid-19. A experiência mostrou que mesmo países que optaram inicialmente por evitar o lockdown terminaram por adotá-lo, em formas variadas, diante do agravamento da pandemia - é o caso do Reino Unido, por exemplo. Estudos mostraram que diante da aceleração de novos casos, a população responde ficando mais avessa ao risco sanitário, aumentando o isolamento voluntário e levando à queda no consumo das famílias mesmo antes ou sem que medidas restritivas formais sejam adotadas. A recuperação econômica, por sua vez, é lenta e depende da retomada de confiança e maior previsibilidade da situação de saúde no país.

Logo, não é razoável esperar a recuperação da atividade econômica em uma epidemia descontrolada.

O efeito devastador da pandemia sobre a economia tornou evidente a precariedade do nosso sistema de proteção social. Em particular, os trabalhadores informais, que constituem mais de 40% da força de trabalho, não têm proteção contra o desemprego. No ano passado, o auxílio emergencial foi fundamental para assistir esses trabalhadores mais vulneráveis que perderam seus empregos, e levou a uma redução da pobreza, evidenciando a necessidade de melhoria do nosso sistema de proteção social.

Enquanto a pandemia perdurar, medidas que apoiem

os mais vulneráveis, como o auxílio emergencial, se fazem necessárias. Em paralelo, não devemos adiar mais o encaminhamento de uma reforma no sistema de proteção social, visando aprimorar a atual rede de assistência social e prover seguro aos informais.

Uma proposta nesses moldes é o programa de Responsabilidade Social, patrocinado pelo Centro de Debate de Políticas Públicas, encaminhado para o Congresso no final do ano passado.

Outras medidas de apoio às pequenas e médias empresas também se fazem necessárias. A experiência internacional com programas de aval público para financiamento privado voltado para pequenos empreendedores durante um choque negativo foi bem-sucedida na manutenção de emprego, gerando um benefício líquido positivo à sociedade.

O aumento em 34,7% do endividamento dos pequenos negócios durante a pandemia amplifica essa necessidade. A retomada de linhas avalizadas pelo Fundo Garantidor para Investimentos e Fundo de Garantia de Operações é uma medida importante de transição entre a segunda onda e o pós-crise.

Estamos no limiar de uma fase explosiva da pandemia e é fundamental que a partir de agora as políticas públicas sejam alicerçadas em dados, informações confiáveis e evidência científica. Não há mais tempo para perder em debates estéreis e notícias falsas. Precisamos nos guiar pelas experiências bem-sucedidas, por ações de baixo custo e alto impacto, por iniciativas que possam reverter de fato a situação sem precedentes que o país vive.

Medidas indispensáveis de combate à pandemia: a vacinação em massa é condição sine qua non para a recuperação econômica e redução dos óbitos.

1. Acelerar o ritmo da vacinação. O maior gargalo para aumentar o ritmo da vacinação é a escassez de vacinas disponíveis. Deve-se, portanto, aumentar a oferta de vacinas de forma urgente. A estratégia de depender da capacidade

de produção local limitou a disponibilidade de doses ante a alternativa de pré-contratar doses prontas, como fez o Chile e outros países. Perdeu-se um tempo precioso e a assinatura de novos contratos agora não garante oferta de vacinas em prazo curto.

É imperativo negociar com todos os laboratórios que dispõem de vacinas já aprovadas por agências de vigilância internacionais relevantes e buscar antecipação de entrega do maior número possível de doses.

Tendo em vista a escassez de oferta no mercado internacional, é fundamental usar a política externa - desidratada de ideologia ou alinhamentos automáticos- para apoiar a obtenção de vacinas, seja nos grandes países produtores seja nos países que têm ou terão excedentes em breve.

A vacinação é uma corrida contra o surgimento de novas variantes que podem escapar da imunidade de infecções passadas e de vacinas antigas. As novas variantes surgidas no Brasil tomam o controle da pandemia mais desafiador, dada a maior transmissibilidade.

Com o descontrole da pandemia é questão de tempo até emergirem novas variantes. O Brasil precisa ampliar suas capacidades de sequenciamento genômico em tempo real, de compartilhar dados com a comunidade internacional e de testar a eficácia das vacinas contra outras variantes com máxima agilidade. Falhas e atrasos nesse processo podem colocar em risco toda a população brasileira, e também de outros países.

2. Incentivar o uso de máscaras tanto com distribuição gratuita quanto com orientação educativa. Economistas estimaram que se os Estados Unidos tivessem adotado regras de uso de máscaras no início da pandemia poderiam ter reduzido de forma expressiva o número de óbitos.

Mesmo se um usuário de máscara for infectado pelo vírus, a máscara pode reduzir a gravidade dos sintomas, pois reduz a carga viral inicial que o usuário é exposto. Países da União Europeia e os Estados Unidos passaram a recomendar o uso de máscaras mais eficientes -máscaras cirúrgicas e padrão PFF2/N95- como resposta às novas variantes.

O Brasil poderia fazer o mesmo, distribuindo máscaras melhores à população de baixa renda, explicando a importância do seu uso na prevenção da transmissão da Covid.

Máscaras com filtragem adequada têm preços a partir de R\$ 3 a unidade. A distribuição gratuita direcionada para pessoas sem condições de comprá-las, acompanhada de instrução correta de reuso, teria um baixo custo frente aos benefícios de contenção da Covid-19.

Considerando o público do auxílio emergencial, de 68 milhões de pessoas, por exemplo, e cinco reusos da máscara, tal como recomenda o Center for Disease Control dos EUA, chegaríamos a um custo mensal de R\$ 1 bilhão. Isto é, 2% do gasto estimado mensal com o auxílio emergencial. Embora leis de uso de máscara

ajudem, informar corretamente a população e as lideranças darem o exemplo também é importante, e tem impacto na trajetória da epidemia.

Inversamente, estudos mostram que mensagens contrárias às medidas de prevenção afetam a sua adoção pela população, levando ao aumento do contágio.

3. Implementar medidas de distanciamento social no âmbito local com coordenação nacional. O termo "distanciamento social" abriga uma série de medidas distintas, que incluem a proibição de aglomeração em locais públicos, o estímulo ao trabalho a distância, o fechamento de estabelecimentos comerciais, esportivos, entre outros, e -no limite- escolas e creches.

Cada uma dessas medidas tem impactos sociais e setoriais distintos. A melhor combinação é aquela que maximize os benefícios em termos de redução da transmissão do vírus e minimize seus efeitos econômicos, e depende das características da geografia e da economia de cada região ou cidade. Isso sugere que as decisões quanto a essas medidas devem ser de responsabilidade das autoridades locais.

Com o agravamento da pandemia e esgotamento dos recursos de saúde, muitos estados não tiveram alternativa senão adotar medidas mais drásticas, como fechamento de todas as atividades não essenciais e o toque de recolher à noite. Os gestores estaduais e municipais têm enfrentado campanhas contrárias por parte do governo federal e de seus apoiadores.

Para maximizar a efetividade das medidas tomadas, é indispensável que elas sejam apoiadas, em especial pelos órgãos federais. Em particular, é imprescindível uma coordenação em âmbito nacional que permita a adoção de medidas de caráter nacional, regional ou estadual, caso se avalie que é necessário cercear a mobilidade entre as cidades e/ou estados ou mesmo a entrada de estrangeiros no país.

A necessidade de adotar um lockdown nacional ou regional deveria ser avaliado. É urgente que os diferentes níveis de governo estejam preparados para implementar um lockdown emergencial, definindo critérios para a sua adoção em termos de escopo, abrangência das atividades cobertas, cronograma de implementação e duração.

Ademais, é necessário levar em consideração que o acréscimo de adesão ao distanciamento social entre os mais vulneráveis depende crucialmente do auxílio emergencial. Há sólida evidência de que programas de amparo socio-econômico durante a pandemia aumentaram o respeito às regras de isolamento social

dos beneficiários.

É, portanto, não só mais justo como mais eficiente focalizar a assistência nas populações de baixa renda, que são mais expostas nas suas atividades de trabalho e mais vulneráveis financeiramente.

Dentre a combinação de medidas possíveis, a questão do funcionamento das escolas merece atenção especial. Há estudos mostrando que não há correlação entre aumento de casos de infecção e reabertura de escolas no mundo. Há também informações sobre o nível relativamente reduzido de contágio nas escolas de São Paulo após sua abertura.

As funções da escola, principalmente nos anos do ensino fundamental, vão além da transmissão do conhecimento, incluindo cuidados e acesso à alimentação de crianças, liberando os pais - principalmente as mães- para o trabalho.

O fechamento de escolas no Brasil atingiu de forma mais dura as crianças mais pobres e suas mães. A evidência mostra que alunos de baixa renda, com menor acesso às ferramentas digitais, enfrentam maiores dificuldades de completar as atividades educativas, ampliando a desigualdade da formação de capital humano entre os estudantes.

Portanto, as escolas devem ser as últimas a fechar e as primeiras a reabrir em um esquema de distanciamento social.

Há aqui um papel fundamental para o Ministério da Educação em cooperação com o Ministério da Saúde na definição e comunicação de procedimentos que contribuam para a minimização dos riscos de contágio nas escolas, além do uso de ferramentas comportamentais para retenção da evasão escolar, como o uso de mensagens de celular como estímulo para motivar os estudantes, conforme adotado em São Paulo e Goiás.

4. Criar mecanismo de coordenação do combate à pandemia em âmbito nacional -preferencialmente pelo Ministério da Saúde e, na sua ausência, por consórcio de governadores- orientada por uma comissão de cientistas e especialistas, se tornou urgente. Diretrizes nacionais são ainda mais necessárias com a escassez de vacinas e logo a necessidade de definição de grupos prioritários; com as tentativas e erros no distanciamento social; a limitada compreensão por muitos dos pilares da prevenção, particularmente da importância do uso de máscara, e outras medidas no âmbito do relacionamento social.

Na ausência de coordenação federal, é essencial a concertação entre os entes subnacionais, consórcio

para a compra de vacinas e para a adoção de medidas de supressão.

O papel de liderança: apesar do negacionismo de alguns poucos, praticamente todos os líderes da comunidade internacional tomaram a frente no combate ao Covid-19 desde março de 2020, quando a OMS declarou o caráter pandêmico da crise sanitária. Informando, notando a gravidade de uma crise sem precedentes em 100 anos, guiando a ação dos indivíduos e influenciando o comportamento social.

Líderes políticos, com acesso à mídia e às redes, recursos de Estado, e comandando atenção, fazem a diferença: para o bem e para o mal.

O desdém à ciência, o apelo a tratamentos sem evidência de eficácia, o estímulo à aglomeração, e o flerte com o movimento antivacina, caracterizou a liderança política maior no país. Essa postura reforça normas antissociais, dificulta a adesão da população a comportamentos responsáveis, amplia o número de infectados e de óbitos, aumenta custos que o país incorre.

O país pode se sair melhor se perseguimos uma agenda responsável. O país tem pressa; o país quer seriedade com a coisa pública; o país está cansado de ideias fora do lugar, palavras inconsequentes, ações erradas ou tardias. O Brasil exige respeito.

Veja a lista completa dos que assinam a carta em folha.com/20tmawen

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Empresários articulam proposta para programa de renda básica no País



Luiza Helena Trajano, presidente do conselho de administração do Magazine Luiza
"Nossa proposta é fazer um Brasil melhor de acordo com várias premissas. Uma delas é a auxílio em momentos de dificuldade, precisamos de pessoas que podem, sim, pensar diferente, mas que tenham o mesmo objetivo."

Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau
"A reforma do Estado e a desestatização são caminhos mais lógico e inteligente para tirar milhares de brasileiros que estão abismo da linha da miséria. Por isso, já votei e vou participar. O Brasil não pode parar."

Casio Cassel, ex-presidente do BB
"Precisamos de uma agenda que faça o Brasil crescer. Com o dinheiro gasto na pandemia, as reformas e privatizações se fazem ainda mais necessárias para um déficit fiscal e para continuarmos a investir em programas sociais."

Hélio Magalhães, ex-presidente do Cití e presidente do conselho do BB
"O projeto de aliar a reforma administrativa e o programa de desestatização à criação de um fundo de renda mínima são o seu núcleo e original. Acredito que, se houver boa vontade para compreender o alcance da proposta, dá um jeito para avançar e ajudar a melhorar o Brasil."

Helena Nader, vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências e presidente emérita da SBPC
"A criação de porta para o crescimento de qualquer modo. Nenhum governo pode avaliar educação e ciência como gastos, mas como investimento. O investimento no País também pode vir de reformas e desestatizações."

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A retomada do auxílio emergencial e a discussão sobre como reforçar as políticas sociais no segundo semestre do ano levaram um grupo de executivos a lançar uma nova ofensiva junto a parlamentares e integrantes do governo para tentar destravar reformas e, ao mesmo tempo, tornar viável um programa de renda básica. A proposta é direcionar às famílias uma parte dos recursos obtidos com as privatizações e com a reforma administrativa, que tende a reduzir os gastos com o RH do Estado.

Lançado no ano passado, o Movimento Convergência Brasil retomou as articulações após a definição para o comando do Congresso Nacional ter desanuviado o ambiente para o andamento das reformas. Com a aprovação da PEC emergencial, que recriou o auxílio a vulneráveis e instituiu mecanismos constitucionais de contenção de despesas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), colocou a reforma administrativa como uma das prioridades e designou o relator do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - onde ocorre o primeiro estágio da tramitação.

O grupo é liderado por Elvaristo do Amaral e tem como apoiadores Luiza Helena Trajano, presidente do conselho de administração do Magazine Luiza, Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau, Hélio Magalhães, ex-presidente do Cití e presidente do conselho de administração do Banco do Brasil, Helena Nader, vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências, Paulo Hartung, ex-governador do Espírito Santo, e Fabio Barbosa, membro do Conselho das Nações Unidas, entre outros empresários e personalidades.

"Precisamos criar um programa complementar de

renda de longo prazo aos mais necessitados", afirma Amaral. "Não se está fazendo favor, simplesmente.

Não está se dando esmola para ninguém. Estamos fazendo um programa social de resgate do cidadão que hoje está no desespero." Representantes do grupo conversaram recentemente com o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), sobre a proposta. Eles elaboraram uma emenda a ser apresentada à comissão que discutirá o conteúdo da reforma administrativa. O objetivo é vincular 30% da economia obtida com a proposta a um programa de transferência de renda a vulneráveis.

Estimativas. Cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgados em setembro apontam que iniciativas para reduzir a reposição de servidores daqui para frente, cortar salários iniciais para novos entrantes e alongar os degraus das carreiras podem resultar em impactos de R\$ 202,5 bilhões a R\$ 318,5 bilhões em dez anos, a depender do alcance das medidas.

O valor considera a economia obtida por União, Estados e municípios.

Amaral chega a citar números mais generosos, perto de R\$ 800 bilhões, pois é defensor da inclusão dos atuais servidores e dos membros dos demais Poderes, como juízes, procuradores, desembargadores e parlamentares.

Todos esses grupos ficaram de fora do texto encaminhado pelo governo Bolsonaro no ano passado. Para o coordenador do grupo, é preciso acabar com "penduricalhos" em salários do serviço público, sobretudo num momento em que a administração tem poucos recursos e há famílias que precisam do apoio estatal.

A mesma vinculação seria feita com recursos a serem obtidos com as privatizações. Na avaliação de Amaral, o governo deveria colocar à venda todas as suas empresas - inclusive Petrobrás e Banco do Brasil, cuja privatização já foi descartada por Bolsonaro.

Como potencial de arrecadação, ele cita valores de R\$ 500 bilhões até o R\$ 1 trilhão já pregado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Nessa proposta, 30% das receitas obtidas seriam colocadas em um fundo

financeiro administrado pelo BNDES. A cada ano, 5% ou 10% seriam sacados para bancar o programa de renda básica. O percentual seria calculado de forma a garantir longa duração à política.

"O esforço do Convergência é atrair as forças políticas divergentes para convergir para uma proposta concreta. Colocamos de um lado da equação a reforma administrativa e as privatizações, que teoricamente seriam um problema meramente econômico, e seria uma posição de pessoas de centro ou de direita. Do outro lado, se coloca o atendimento de uma demanda social imediata e urgente da sociedade brasileira que precisa ser atendida, é inescapável, e que, em teoria, deveria atrair pessoas de centro- esquerda", afirma Amaral.

O coordenador do movimento reconhece que alguns detalhes operacionais ainda precisam ser discutidos, como a harmonização da proposta com o mecanismo do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à **inflação**, sobretudo no caso do uso das receitas obtidas com privatizações para elevar o gasto social.

Mas ele diz acreditar que, com um sinal de compromisso do Congresso com as reformas, seria plausível encontrar um desenho que torne o programa viável.

"Não é possível que não se encontre uma saída que não seja danosa às políticas fiscal e monetária", afirma.

Amaral reconhece que, além de um fator social, os empresários também se beneficiarão de uma política de renda básica mais robusta. "A criação de uma renda básica para os mais vulneráveis será altamente benéfica para toda a sociedade, inclusive para os empresários. Uma renda complementar de caráter permanente gradualmente vai sendo incorporada ao mercado consumidor, e os empresários muito corretamente estão dispostos a produzir. Isso gera mais crescimento, mais emprego", afirma.

I Economia

R\$ 318,5 bi é o potencial de economia em dez anos com medidas para a reforma administrativa de União, Estados e municípios, segundo estimativas do Ipea.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

OCDE de olho no retrocesso do Brasil de Bolsonaro (3)

Enquanto o Brasil tenta se converter em membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o organismo está de olho no retrocesso do governo Jair Bolsonaro no combate à corrupção. Também acaba de fazer uma análise das disfunções do Judiciário brasileiro e de seus efeitos negativos na economia. Não são notícias animadoras para aquela que prometia ser uma das únicas conquistas da política externa bolsonarista.

Pela primeira vez em quase 30 anos, o Grupo de Trabalho Anti-Corrupção da OCDE decidiu monitorar a corrupção brasileira por meio de um subgrupo formado em dezembro por Estados Unidos, Itália e Noruega. As recomendações anteriores ao Brasil nesse campo não foram implementadas e, como não houve consenso sobre adotar medidas mais duras contra o país, decidiu-se criar esse inédito subgrupo para acompanhar a situação.

Enquanto os diplomatas devem estar debruçados sobre o naufrágio da Operação Lava-Jato ou discutindo a melhor tradução para a palavra "rachadinha", no campo acadêmico, pesquisadores da OCDE acabam de divulgar uma avaliação nada abonadora do Judiciário brasileiro, não por acaso o ramo do governo essencial para o combate aos corruptos.

Nossa Justiça, diz o estudo, se notabiliza pelo tamanho gigantesco, pelo emaranhado de leis confusas e pela lentidão nas decisões. As distorções são conhecidas, e já houve mudanças, como a criação, em 2004, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de planejamento e acompanhamento administrativo dos tribunais. Mesmo assim, o estudo conclui que o Brasil precisa tratar da baixa eficiência do Judiciário para ajudar não apenas no combate à corrupção, mas sobretudo no crescimento econômico.

As mazelas do Judiciário, dizem os economistas Jens Matthias Arnold e Robert Grundke, são tão prejudiciais aos negócios quanto a falta de integração do país ao mundo, o complexo sistema tributário e os gargalos na infraestrutura. A demora na tramitação de processos é um dos obstáculos que apontam. Nas áreas civil e comercial, são necessários 900 dias para concluir um processo na primeira instância brasileira. Na Alemanha, o julgamento é feito em 200 dias, na Holanda, em 100. As empresas enfrentam aqui,

segundo os autores, "significativa heterogeneidade em decisões judiciais", causa de insegurança jurídica e desincentivo aos investimentos.

O contribuinte gasta muito com um Judiciário de baixa produtividade. Em 2018, o custo do Judiciário representava quase 1,4% do PIB e tinha uma taxa de resolução de casos de 30%. Na Noruega, o custo da Justiça era de pouco mais de 0,1% do PIB, e os tribunais concluíam 70% dos processos.

O Judiciário brasileiro teria de gastar proporcionalmente mais em tecnologia e comunicação. Mas quase 80% do Orçamento da Justiça se destinam a pessoal, incluindo pensionistas. A média nos países da OCDE é de 65%, portanto sobram mais recursos para a modernização tecnológica. No Brasil, eles não chegam a 10% das despesas.

Soma-se a isso o excesso de leis e de regulamentação, boa parte desatualizada, superposta e contraditória, ampliando a insegurança jurídica. O estudo não nega melhorias, mas elas ainda são insuficientes. O excesso de leis e normas também facilita a corrupção.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em quadro de piora da pandemia, país rumo para "abismo de renda"



Lívio Ribeiro: consumo futuro pegará famílias "com a corda no pescoço"



Luiz Guilherme Schymura: "Difícil traçar cenários em uma crise como essa"



Sílvia Matos: muita incerteza sobre duração e intensidade da segunda onda



Samuel Pessôa: pode complicar fato de o ciclo de bens industriais estar no fim

Hugo Passarelli

Num cenário de recrudescimento da pandemia e lento avanço da vacinação, o Brasil está próximo de um "choque patrimonial" no orçamento das famílias, o que adiciona incerteza sobre a recuperação do consumo. A economia já tem contratada uma desaceleração, ainda que temporária, no primeiro semestre, com dois trimestres de queda de 0,5% do Produto Interno Bruto

(**PIB**), na previsão do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

A massa real ampliada de rendimentos dos trabalhadores deverá cair 7% em 2021, depois de subir 3,4% no ano passado com ajuda das transferências governamentais, sem as quais o indicador teria mostrado retração de 5,7%, calcula o Ibre/FGV. Os números já descontam a inflação.

No fim de 2020, as famílias já se encontravam com pouco fôlego financeiro, com índice de endividamento de 56,4% em relação à renda dos últimos 12 meses, o maior percentual já registrado, segundo dados do Banco Central.

"As pessoas nunca estiveram tão endividadas e nunca comprometeram tanto da sua renda. Um eventual ciclo de consumo futuro concorre com as famílias numa situação de corda no pescoço", resume Lívio Ribeiro, pesquisador do Ibre/FGV. A esperada melhora das condições sanitárias no segundo semestre não elimina a dificuldade de retomada. "O governo fez um pacote de ações para evitar o buraco e uma recuperação forte da atividade via mercado de trabalho parece difícil mesmo num cenário em que tudo dê certo", diz ele.

Segundo o Ibre/FGV, a taxa de crescimento da população ocupada entre aqueles com mais de 15 anos de estudo foi de 4,8% em 2020, ante uma queda de 11,4% para quem possui menos de 14 anos de estudo. Entre os informais, os com mais estudo observaram taxa de crescimento de 1% na ocupação no ano passado, em comparação com recuo de 14,4% entre os de menor escolaridade. Os dados foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua.

"Há muita incerteza sobre a duração e a intensidade dessa segunda onda e as cicatrizes que ficarão para as empresas e famílias. Este primeiro semestre é muito desafiador", afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV.

A estimativa do Ibre é que a taxa de desemprego termine 2021 em 15,6%, de 13,5% na média do ano passado. Além do mercado de trabalho ainda fraco para os informais, a inflação pressionada e o ciclo de alta dos juros completam o quadro de "abismo de renda", na definição do Ibre/FGV. No acumulado em 12 meses, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve bater em 8% em meados do ano, nas estimativas do instituto.

O **PIB** deve recuar 0,5% no primeiro trimestre em comparação com os três últimos meses de 2020 e mais 0,5% no segundo trimestre, segundo o Ibre. O cálculo considera as restrições à circulação impostas

desde o início do ano, mas ainda sem computar a chance de "lockdowns" ou fechamento mais extenso da economia. Também está contemplada a nova rodada do auxílio emergencial, que vai injetar R\$ 44 bilhões na economia a partir de abril, assim como outros R\$ 50 bilhões de antecipação do 13-salário para abril e maio.

"Essa pandemia é tão heterogênea e desigual que os dados agregados dizem muito pouco sobre o que está acontecendo na economia", explica Silvia. No fechado de 2020, o **PIB** deve subir 3,2%, abaixo do carrego estatístico de 3,6% deixado por 2020. Ou seja, o crescimento deste ano será, em média, inferior ao observado nos três últimos meses do ano passado. A velocidade de recuperação ainda é mais lenta nos serviços, principalmente naqueles prestados às famílias e dependentes da circulação de pessoas.

O quadro inspira cautela e há risco de piora a depender do ritmo de vacinação e capacidade do governo de conter a crise sanitária. "É difícil traçar cenários em meio a uma crise sanitária como essa. Do jeito como a pandemia está vindo, vai ser difícil conter a necessidade de mais gastos", afirma Luiz Guilherme Schymura, presidente do Ibre/FGV.

De todo modo, Schymura considera que, em meio ao acúmulo de diversas crises, há espaço para relativo otimismo, dado os avanços institucionais, como a autonomia do Banco Central (BC) e a preservação do teto de gastos.

A visão menos negativa é compartilhada por Samuel Pessoa, pesquisador do Ibre/FGV. "Aparentemente, países que passaram por uma segunda onda da pandemia pesada não tiveram mesmo impacto sobre a atividade econômica como teve a primeira onda. O que pode complicar é que o ciclo de bens industriais está passando e talvez apareça aí um hiato", afirma ele.

Os sinais de piora no curto prazo são antecipados pelos índices de confiança. Uma prévia das sondagens da FGV, com dados coletados até o dia 10 de março, apontou quedas de 5 pontos do índice de Confiança Empresarial (ICE) e de 7,8 pontos do índice de Confiança do Consumidor (ICC), equivalentes a recuos, ante o mês anterior, de 5,5% e 10%, respectivamente. Se confirmadas, as retrações serão as mais intensas por essa comparação desde abril de 2020, especialmente para o comércio e os serviços.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Piora da covid adia retomada na Europa

Martin Arnold

Os economistas estão reduzindo suas previsões de crescimento para a zona do euro à medida que a alta de casos de covid-19 e atrasos na vacinação levam a restrições mais duras em vários países, como França, Itália e Alemanha.

A reintrodução de medidas de "lockdown" em toda a Europa alimenta temores de que a região possa sofrer outra temporada decepcionante de turismo de verão se as vacinações não se acelerarem o suficiente para permitir o relaxamento das restrições a viagens.

A França impôs um novo lockdown de quatro semanas em Paris e várias outras regiões na noite de sexta-feira, após a taxa de infecções ter alcançado seu nível mais alto desde novembro. A Itália anunciou mais um lockdown durante a Páscoa, enquanto algumas cidades alemãs foram obrigadas a retomar restrições que tinham acabado de suspender por causa da acentuada alta nas infecções.

Isso levou economistas privados - Goldman Sachs, Barclays, ING e Berenberg - a cortar suas previsões para a economia da zona do euro - na contramão da melhora da perspectiva para os EUA e grande parte da economia mundial.

"Até agora, nossas previsões para a zona do euro se baseavam na premissa de um relaxamento gradual das medidas de lockdown em março", disse Carsten Brzeski, do ING. "Bom, podemos esquecer isso." O ING revisou sua previsão de contração da região no primeiro trimestre de 0,8% para 1,5%.

Para Holger Schmieding, do Berenberg, cada mês de lockdown tirará 0,3 ponto percentual do crescimento da zona do euro. Ele cortou sua previsão para 2021 de 4,4% para 4,1%-supondo um atraso de um mês na reabertura.

Hoje, a premiê alemã, Angela Merkel, se reunirá com líderes regionais para discutir o endurecimento das restrições após a média de sete dias com novos casos por 100 mil habitantes ter alcançado 103,9 no domingo. Se essa média se manter acima de 100 por três dias seguidos, região afetada é obrigada a retomar o lockdown.

Hamburgo e Colônia já endureceram suas restrições. Berlim estuda exigir que todos os viajantes vindos do exterior apresentem teste para a covid antes de partir

e sejam postos em quarentena ao chegar, segundo um projeto em discussão revelado pelo jornal "Bild".

"É claro que os riscos permanecem inclinados para o lado negativo", disse Nadia Gharbi, economista da Pictet Wealth Management. "Muita coisa dependerá da capacidade da União Europeia de acelerar as vacinações em abril e maio."

Na UE, só 12 pessoas em cada 100 receberam a primeira dose da vacina contra a covid-19, de 37 nos EUA e 43 no Reino Unido, segundo o rastreador do "Financial Times". O avanço da vacinação na Europa tem sido dificultado por problemas de oferta e, na semana passada, vários países suspenderam temporariamente o uso da vacina da Oxford/AstraZeneca.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse na semana passada que a oferta de vacinas aumentará no segundo trimestre e garantiu que a UE cumprirá a meta de vacinar 70% dos adultos até o fim de setembro.

Economistas do Morgan Stanley alertaram na semana passada que se as restrições continuassem por mais vários meses, isso levará a "outro verão perdido" e tirará de 2% a 3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) da Espanha e da Itália.

Já os economistas do Barclays avaliam que as restrições de mobilidade na Europa só serão suspensas no fim do segundo trimestre, "o que enfraquecerá a demanda interna e, conseqüentemente, as importações". Eles mantiveram sua previsão de crescimento para este ano em 3,9%, mas reduziram a do ano que vem de 5,3% para 4,3%.

Apesar de muitos economistas estarem pessimistas quanto às perspectivas de curto prazo para a zona do euro, a maioria acredita que a região se recuperará fortemente assim que a vacinação permitir a suspensão da maior parte

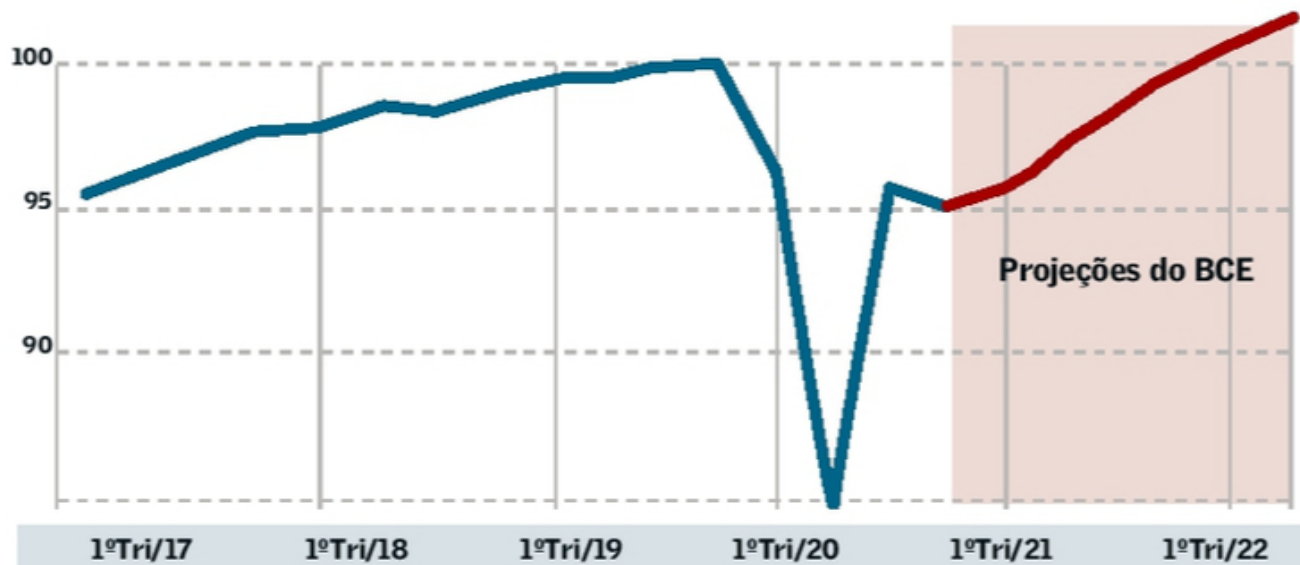
das restrições até o fim do ano. Outros apontam que a retomada do comércio global impulsionará as fábricas alemãs exportadoras.

Erik Nielsen, do UniCredit, disse que a zona do euro será beneficiada pelos efeitos do pacote de estímulo de US\$ 1,9 trilhão nos EUA. "O impulso vindo dos EUA será positivo e vai mais do que compensar o efeito negativo do lockdown."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Retorno aos níveis pré-covid só em 2022

PIB real da zona do euro - 4º tri/2019 = 100



Fontes: Eurostat e Banco Central Europeu (BCE)

Restrições vão adiar retomada na Europa

PIB* da zona do euro, variação trimestral em %



Fontes: Eurostat *Dados com ajuste sazonal

Do voto impresso à regulação de pesquisas eleitorais: Câmara pauta temas polêmicos da reforma política

Bruno Góes e Paulo Cappelli

BRASÍLIA - A comissão instalada na Câmara que pretende propor, em maio, uma nova reforma política, avalia entrar em temas polêmicos como a questão do voto impresso e a regulação de pesquisas eleitorais, defendidos por parlamentares bolsonaristas. Até agora, só havido sido exposta a vontade de mexer nas cláusulas de barreira, na mudança para o sistema distritão e no poder da Justiça Eleitoral.

Na Casa, já foram protocoladas seis propostas legislativas que pedem proibição de divulgação de pesquisas no período eleitoral, com diferentes prazos. Alguns deputados defendem "quarentenas" que variam de uma semana a 30 dias da data da eleição, e a proposta mais radical, de Lucas Redecker (PSDB-RS), pleiteia o fim da divulgação de pesquisas ao longo de todo o período eleitoral.

Na justificativa de seu projeto, Redecker afirma que ministérios públicos estaduais já investigaram institutos de pesquisa suspeitos de fraudar levantamentos para beneficiar determinados candidatos.

"Quantas vezes a divulgação de pesquisas - ainda que não criminosas, mas imprecisas e de duvidoso valor científico - prejudicaram os pleitos eleitorais brasileiros? Em quantas oportunidades o eleitor deixou de escolher o candidato de sua preferência por acreditar - baseado em pesquisas eleitorais erradas - que tal candidato não teria chances de ganhar, sendo levado, de forma tortuosa e inadequada, ao chamado voto útil?", justificou Redecker ao protocolar sua proposta de lei, que busca alterar normas criadas em 1997.

Também integrante do grupo de trabalho, Celso Sabino (PSDB-PA) é contrário a qualquer restrição:

- A pesquisa é um instrumento de grande relevância para nortear candidatos e partidos e, também, para informar a população. Talvez devamos regulamentar um pouco melhor e fiscalizar.

Outra proposta polêmica é a implantação do voto

impresso, uma das principais bandeiras do presidente Jair Bolsonaro. No início do mês, Bolsonaro disse que conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para dar prosseguimento à agenda. O assunto, porém, é considerado espinhoso no Congresso. Ao GLOBO, o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), sinalizou que esse não será um tema a ser tratado de forma imediata. Ele afirmou que ainda não há certeza sequer sobre a forma de tramitação da medida.

Em dezembro de 2019, uma proposta de emenda à Constituição neste sentido foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas ainda não foi despachada pela presidência.

Lira, no entanto, delegou à deputada Renata Abreu (Podemos-SP) a elaboração de uma outra PEC que trata do sistema eleitoral. Deputados querem discutir o modelo do distritão e também outras alterações na Constituição - o voto impresso pode ser incorporado. Ao GLOBO, Renata Abreu disse que a proposta seria pautada na CCJ na próxima semana.

Relatora do grupo de trabalho da Câmara, Margarete Coelho (PP-PI) é contrária à volta do voto impresso:

- Seria um retrocesso.

Outras propostas que serão debatidas

Será discutida uma flexibilização da lei. Uma primeira versão da proposta prevê que um candidato seria inelegível após condenação em duplo grau de jurisdição, mais leve do que diz a Lei da Ficha Limpa, que exige condenação por órgão colegiado.

Uma das propostas prevê a proibição de o TSE editar normas que não tenham sido expressamente aprovadas pelo Congresso anteriormente - um exemplo de 2020 citado é a criação, pela Justiça Eleitoral, de cota para candidatos negros.

O sistema propõe mudança na forma como deputados e vereadores são eleitos. Hoje o Brasil utiliza a regra proporcional para definir cargos no Legislativo: cada sigla tem direito a um número de vagas proporcional à

votação de todos os seus candidatos. No distritão, são eleitos os candidatos mais votados em determinado distrito, independentemente do desempenho dos outros integrantes do partido.

Será discutido o afrouxamento da cláusula de barreira, medida que exige um desempenho mínimo nas urnas para um partido ter acesso ao fundo eleitoral. O objetivo da regra em vigor é reduzir a fragmentação partidária, mas siglas nanicas se articulam para modificá-la.

Seria feita uma mudança para que todas as eleições ocorram no mesmo ano.

Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/do-voto-impesso-regulacao-de-pesquisas-eleitorais-camara-pauta-temas-polemicos-da-reforma-politica-24935333>